

Coz A-9  
K  
\*

# Relatório de Gestão e Contas 2019



Confidential

# Índice

## **1. Síntese de Dados / Indicadores**

## **2. Mensagem do Presidente**

## **3. Apresentação da Empresa**

### 3.1 Breve Historial

### 3.2 Estrutura Acionista

### 3.3 Órgãos Sociais

## **4. Missão e Posicionamento Estratégico**

### 4.1 Missão

### 4.2 Visão

### 4.3 Valores

### 4.4 Objetivos Estratégicos

## **5. Síntese da actividade de 2016**

### 5.1 Factos Relevantes

### 5.2 Envolvente Exterior

### 5.3 Estrutura Organizacional

### 5.4 Desempenho da Empresa

### 5.5 Análise Económica Financeira

## **6. Perspetivas para o Futuro**

## **7. Considerações Finais**

## **8. Outras Informações**

## **9. Proposta de Aplicação de Resultados**

## **10. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2016 e Respetivo Anexo**

### 10.1 Balanço

### 10.2 Demonstração dos Resultados

### 10.3 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

### 10.4 Demonstração Individual de Alteração de Capitais Próprios

### 10.5 Anexo

## **11. Relatório e parecer do Fiscal Único**

## **12. Certificação legal das contas**

*[Handwritten signature]*

Conf. 9



## I. Síntese de Dados e Indicadores

*[Handwritten signature]*

**I. Síntese de Dados / Indicadores**

Indicadores			
Financeiros	2017	2018	2019
Capital Social (€)	1 500 000	1 500 000	1 500 000
Ativo Líquido Total (€)	23 123 018	21 668 994	22 158 886
Volume de Negócios (€)	7 952 076	7 749 174	7 999 984
Volume de Negócios / Cliente (€)	363	348	356
Resultado Antes de Impostos (€)	1 504 215	1 215 984	1 289 564
Resultado Líquido do Exercício (€)	1 150 158	927 185	977 208
EBITDA (€)	2 451 562	2 126 055	2 232 041

Recursos Humanos	2017	2018	2019
Número de Colaboradores a 31/12	31	31	32
Colaboradores / 1000 clientes	1,42	1,39	1,42
Volume de Negócios / Colaborador	256 519	249 973	250 000

Comerciais	2017	2018	2019
Número de Clientes – Abastecimento de Água (un.)	21 903	22 237	22 457
Número de Clientes – Saneamento (un.)	18 683	18 975	19 194
Volume total de Água Faturada (m <sup>3</sup> /ano)	2 416 525	2 326 710	2 365 262
Volume Total de Efluentes Faturados (m <sup>3</sup> /ano)	1 742 734	1 716 656	1 796 911
Reclamações Médias Mensais/1000 Clientes (un.)	0,2	0,1	0,3
Percentagem de Água Adquirida/Captada e não Faturada	23,4%	24,3%	22,5%

Técnicos	2017	2018	2019
Volume Total de Água Adquirida (m <sup>3</sup> /ano)	3 082 833	2 992 383	2 983 054
Volume Total de Água Produzida (m <sup>3</sup> /ano)	102 999	112 240	94 289
Comprimento Total da Rede de Água (Km)	678	678	678
Comprimento Total da Rede de Saneamento (Km)	414	414	414
Reservatórios (un.)	62	62	62
Volume Total dos Reservatórios (m <sup>3</sup> )	18 167	18 167	18 167
Estações Hidropressoras	41	41	41
Estações Elevatórias de Saneamento sob gestão direta da AdA (un.)	12	13	14

*[Handwritten signature]*



Confirmação



## 2. Mensagem do Presidente

*[Handwritten signature]*



## 2. Mensagem do Presidente

*O ano de 2019 desenvolveu-se num contexto adverso de contestação popular à opção do município em concessionar no ano de 2003 o serviço público de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas.*

*Volvidos 15 anos do arranque da Concessão, e depois de um investimento superior a 20 milhões de euros, dos sucessivos apports acionistas que ascendem a mais de 5,5 milhões de euros, sem qualquer retribuição, de ter sido possível ao Concelho de Alenquer atingir as metas a que o país se propôs nos seus planos estratégicos em matéria de cobertura de serviço graças ao investimento da Concessionária e, consecutivamente, serem alcançados os mais altos padrões de qualidade da água distribuída, conforme anualmente reconhecido pela ERSAR, a Concessionária é envolvida numa turbulência alheia e contrária à sua vontade e ao empenho dos seus colaboradores.*

*Agravou este contexto, a não conclusão do processo de revisão do contrato de concessão, que obrigou mais uma vez no final de 2019, à atualização do pedido de reequilíbrio apresentado em fevereiro de 2016, sem que se perspetivem mudanças no sentido da sua conclusão.*

*Compensou este facto, o crescimento da economia local, num contexto de estabilização socioeconómica alargada, que potenciou o consumo de água e o crescimento do número de utilizadores domésticos, num cenário de diminuição do consumo nos utilizadores não domésticos por via da procura de origens alternativas.*

*Apesar da turbulência, a Águas de Alenquer não perdeu o seu rumo na procura constante da melhoria do serviço prestado e da eficiência dos seus processos, tendo atingido um valor recorde na redução do volume de água perdido, atualmente 3 vezes inferior ao volume de água perdido no arranque da Concessão, implementando as melhores práticas do sector com o suporte e apoio dos seus acionistas.*

*Para além da necessária estabilização do processo de revisão do contrato de concessão, e consequentemente do tarifário, urge nesse mesmo processo iniciar o investimento, não previsto no Contrato de Concessão, de renovação da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas. Sem este investimento, fica comprometida a sustentabilidade infraestrutural dos sistemas e é penalizada a perceção dos Utilizadores à qualidade do serviço prestado pelo elevado número de avarias.*

*Mesmo com estas condicionantes, mantemos a convicção na estabilização do processo de revisão do Contrato de Concessão, procurando trabalhar sempre em conjunto com a Concedente e demais entidades relacionadas com o objetivo principal da melhoria contínua do serviço prestado aos nossos clientes.*

Paulo Jorge Almeida Oliveira

Presidente do Conselho de Administração

Handwritten signature in blue ink.



Conf. 9



### 3. Apresentação da Empresa

*[Handwritten signature]*

### 3. Apresentação da Empresa

#### 3.1 Breve Historial

A AdA - Águas de Alenquer, S. A. (Águas de Alenquer) foi criada em 7 de outubro de 2003, tendo celebrado com o Município de Alenquer a 17 de novembro do mesmo ano o contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Alenquer. No dia 1 de janeiro de 2004 iniciou-se o Período de Funcionamento da Concessão, que decorrerá por 30 anos.

O seu objeto social consiste na exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e recolha, tratamento e rejeição de efluentes na área do município de Alenquer e a realização de obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da concessionária.

No 1º ano de funcionamento da Concessão em 2004, foram consignadas as infraestruturas que transitaram para a responsabilidade da Águas de Alenquer, tendo sido o fornecimento de água assegurado pela EPAL até outubro desse ano, e transitado para a AdO - Águas do Oeste S.A. (Águas do Oeste) em novembro de 2004. A operação das ETAR foi realizada pela Águas de Alenquer, até 30 de julho de 2005 data em que se transferiu a responsabilidade para a Águas do Oeste, conforme previsto contratualmente.

O Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Alenquer foi aprovado na reunião de Câmara de 12 de dezembro de 2005 e publicado no Apêndice n.º 19 da II Série do Diário da República de 24 de fevereiro de 2006.

No último trimestre de 2006, após o cumprimento de todas as formalidades necessárias, a Construções Pragosa, S. A. vendeu a sua posição a outra empresa do Universo Pragosa: a Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S. A.

Em setembro de 2007 foi aprovado o reequilíbrio económico-financeiro da concessão pela Câmara Municipal de Alenquer, tendo como razão principal o aumento dos custos associados à Águas do Oeste não contemplado no contrato de concessão inicial. O aditamento ao Contrato de Concessão foi celebrado no dia 12 de março de 2008.

O Plano de Investimentos foi concluído no final de 2008, com a exceção de um reservatório pendente da recuperação dos custos incorridos com as incrustações de calcário na rede de abastecimento de água. A conclusão do Plano de Investimentos permitiu atingir uma taxa de cobertura ao nível do sistema de abastecimento de água de aproximadamente 100% e de 85% ao nível do saneamento. De realçar que a Águas de Alenquer assegura um serviço regular de limpeza de fossas sépticas domésticas, o que permite escoar para tratamento e destino final adequado os efluentes produzidos nas zonas dispersas sem rede de drenagem, garantindo assim os objetivos de serviço fixados no âmbito dos Planos Estratégicos Nacionais para o sector do ambiente.

Foi concluída a implementação do sistema SIG e a sua articulação com o Aquamatrix (sistema de gestão de clientes), otimizando assim duas importantes ferramentas operacionais.

Desde o dia 13 de outubro de 2008, a empresa é certificada em Qualidade, Ambiente e Segurança de acordo com as normas “NP EN ISO 9001:2000”, “OHSAS 18001/NP 4397 (2001)” e “NP EN ISO 14001:2004” certificação essa emitida pela empresa EIC. A certificação foi revalidada pela terceira vez nos três referenciais em março de 2017, demonstrando o empenho da Sociedade na manutenção da acreditação e na melhoria contínua do seu sistema integrado de gestão. Em 2018 foi realizada a transição para os referenciais de 2015 das normas ISO 9001 e ISO 14001 e em 2019 iniciou-se o processo de transição da norma OHSAS 18001 para a NP EN ISO 45001:2019.

Em julho de 2009 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, ao abrigo do disposto na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão. Nesse âmbito, durante o ano de 2010 decorreram as negociações da revisão do Contrato de Concessão, tendo sido estabilizada entre as partes uma minuta de aditamento apresentada à Entidade Reguladora em janeiro de 2011. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão foi assinado a 16 de novembro de 2011, concluído o processo de aprovação nos órgãos municipais competentes. Este aditamento assegura a necessária adaptação à nova legislação do sector e imprime uma maior proximidade e compromisso junto dos utilizadores, através da fixação de níveis de serviços e adequação da estrutura tarifária, com a inclusão de um tarifário social e de um tarifário para famílias numerosas. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão teve a sua aplicação a partir do dia 1 de janeiro de 2012.

A resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água não está contemplada neste aditamento, continuando o Município a liderar este processo junto das diferentes entidades envolvidas. Nesse sentido, foi estabelecido um acordo de princípio entre as Partes, que mantém a pendência da reclamação administrativa apresentada em julho de 2009 no que concerne aos problemas resultantes das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água e fixa um período conciliatório com vista à definição das regras tendentes à resolução completa e definitiva desta questão. Este acordo quantifica ainda a compensação por perda real de faturação no valor de 383.550 € verificada por atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Oeste no município de Alenquer.

Como contributo para a resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água, a Águas de Alenquer promoveu no ano de 2013, em articulação com o Município, um estudo técnico de caracterização e avaliação das anomalias no funcionamento das redes de abastecimento de água de Alenquer e foi apresentada à Águas do Oeste uma proposta de alteração da origem de água ao reservatório de Vila Alta.

Em fevereiro de 2013 foi publicado o novo Regulamento Municipal (Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Alenquer), encerrando assim a adaptação ao D.L. 194/2009 de 20 de agosto.

Com a publicação do novo Regulamento Municipal em fevereiro de 2013 foi iniciada uma campanha de caracterização dos efluentes de origem industrial e realizadas ações de fiscalização regulares com as três entidades envolvidas: Município de Alenquer, Águas do Oeste e Águas de Alenquer, contribuindo assim para a melhoria do desempenho ambiental dos sistemas de drenagem e de tratamento, promovendo a adequação dos efluentes industriais às condições regulamentares de descarga.

A entrada em vigor do Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão permitiu a melhoria dos princípios indicadores económico-financeiros da concessionária apesar da degradação do tecido empresarial local e da redução de consumos e consumidores verificada de forma generalizada, em especial no sector industrial com a execução de origens alternativas de abastecimento de água (origens próprias) em detrimento do fornecimento através do sistema municipal de abastecimento de água. Esta quebra de consumos e consumidores restringiu o impacto das ações de melhoria e de monitorização implementadas e os ganhos operacionais obtidos. Tal facto traduz-se no final de 2019, e consecutivamente desde 2013, num desvio superior a 20% face ao contratualmente definido. Recorde-se que uma diminuição inferior ou igual a 20% dos caudais totais anuais de águas de abastecimento, em relação aos valores previstos para o ano em causa no Processo de Concurso, é um evento gerador de reequilíbrio do Contrato nos termos da Cláusula 88ª do Contrato de Concessão.



Durante o ano de 2015 procedeu-se à regularização da transmissão de Ação detida pela AGS – Administração de Sistema de Salubridade, S.A. com a sua transmissão para a AGS – Hidurbe – Serviços Ambientais, S.A., atual Water Value, Serviços Ambientais, S.A., regularizando assim o processo de compra de uma ação à Somague Ambiente, SGPS, S.A. realizado no ano de 2014.

Em maio de 2015, é publicado o Decreto-Lei n.º 94/2015 que cria o novo sistema multimunicipal, em substituição de oito sistemas multimunicipais existentes, incluindo o Sistema Multimunicipal do Oeste, e a nova entidade gestora desse sistema – a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (LVT) – que sucede nos direitos e obrigações às oito entidades gestoras anteriormente existentes, integrando assim a Águas do Oeste. O referido decreto-lei e as suas consequências, entraram em vigor a partir do dia 30 de junho de 2015, traduzindo-se em dois efeitos imediatos: alteração das tarifas e alteração da metodologia de medição de caudais para efeitos de faturação (faturação com base em caudais reais vs. a anterior metodologia de faturação com base em valores mínimos garantidos).

Com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo foi estabelecido um processo negocial com vista ao estabelecimento de um plano de pagamento viável e ao encerramento dos processos judiciais existentes entre as Partes. Nesse âmbito foi celebrado um Acordo a 30 de novembro de 2015 que estabeleceu um plano de pagamentos para liquidação da totalidade da dívida e o compromisso da Águas de Lisboa e Vale do Tejo na alteração da origem de água associada ao ponto de entrega da Zona III (Alenquer III - reservatório de Vila Alta). O Acordo alcançado prevê ainda a extinção dos processos judiciais pendentes entre as Partes no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa e no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria e só foi possível graças ao suporte e a um enorme esforço complementar acionista.

Durante o ano de 2016, o XXI Governo Constitucional de Portugal anuncia a cisão do Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, revertendo parcialmente a fusão dos sistemas multimunicipais concretizada em 2015. Para além do anúncio da criação de dois novos sistemas, verifica-se novamente a alteração do sistema de medição de faturação da atividade de saneamento que passa a ser realizada com base nos proveitos garantidos durante o período de convergência tarifária. Este anúncio é concretizado com a publicação do Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março, que em cumprimento do Programa do Governo, cria o novo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e o novo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em ambos os casos por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, por sua vez criado por agregação de sistemas através do Decreto -Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, sem prejuízo da manutenção do próprio sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, sistema este que, após a cisão, passa a adotar a denominação de sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo.

O agravar da situação de desequilíbrio do Contrato de Concessão, que obrigou a um novo reforço de capital acionista na sociedade em 2015 e 2016, a continuidade dos problemas resultantes das incrustações de calcário na rede municipal de abastecimento de água que condicionam o regular abastecimento de água à área de influência da origem de água da Zona III (reservatório de Vila Alta) e a necessidade de regularização da compensação por perda real de faturação no valor de 383.550 € verificada por atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Oeste no município de Alenquer determinada em 2011, conduziu à apresentação junto do Município em fevereiro de 2016 de um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato de Concessão, com base na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão.

Apesar do envolvimento das Partes, e não tendo sido ainda estabilizado o processo de reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato de Concessão, a Concessionária apresentou ao Município de Alenquer em fevereiro de 2018 e em dezembro de 2019, novas atualizações do pedido de reequilíbrio, considerando os últimos dados disponíveis. Continuamos a aguardar a estabilização do processo e a consequente aprovação da revisão do Contrato de Concessão e do tarifário.

### 3.2 Estrutura Acionista

Identificação:	AdA - Águas de Alenquer S.A.
Sede Social:	Rua do Convento de São Julião n.º 95, Carapinha/ Alenquer
Pessoa Coletiva	506 353 397
Capital Social	1.500.000 €
Inscrição na C.R.C de Alenquer n.º	02202/031023

Estrutura Acionista	Participação
Aquapor - Serviços, S.A.	39,9997%
AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridades, S.A.	39,9997%
Pragosa Ambiente, S.A.	20,0000%
Water Value - Serviços Ambientais, S.A.	0,0003%
Luságua - Gestão de Águas, S.A.	0,0003%

### 3.3 Órgãos Sociais

#### Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr.<sup>a</sup> Filipa Pinto Basto Sousa de Macedo Ravasco Mendes

Vice-presidente: Maria da Piedade Rosa Pragosa Moreira

Secretária: Dr.<sup>a</sup> Susana Daniela Simões da Silva Braga

#### Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Paulo Jorge Almeida Oliveira

Vogais: Eng.º Altino Barbosa da Conceição

Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho

Dr. Marco Bruno Santos

Dr. António José Martins Sousa Lucas

#### Fiscal Único

“Ernst & Young” Audit & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.,

representada por:

Dr. Paulo Jorge Luís da Silva

Dr. Luís Miguel Gonçalves Rosado (Suplente)

*[Handwritten signature]*

Conf. 9



## 4. Missão e Posicionamento Estratégico

Handwritten signature in blue ink.



## 4. Missão e Posicionamento Estratégico

### 4.1 Missão

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

### 4.2 Visão

Ser uma Concessão que se constitua como *benchmark* nacional na relação custo/eficiência do serviço.  
Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

### 4.3 Valores

Com uma cultura própria, os Acionistas da Águas de Alenquer têm sabido escolher um percurso vencedor. Pretendemos inculcar essa cultura através da assunção dos seguintes valores para as nossas empresas participadas:

- Dinamismo e Profissionalismo
- Espírito de Equipa
- Criação de valor
- Respeito pelo ambiente
- Ética
- Estabilidade

### 4.4 Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

#### Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da Águas de Alenquer na comunidade Alenquerense.

#### Recursos Humanos:

- Otimizar a formação dos colaboradores da empresa ultrapassando os valores previstos na lei;
- Aperfeiçoamento do sistema de avaliação de desempenho;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.

### **Área Técnica:**

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Cumprir o plano de investimentos e de manutenção previsto;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Assegurar a inexistência de extravasamentos de águas residuais domésticas na rede de saneamento;
- Redução das perdas de água na rede de abastecimento.

### **Área Comercial:**

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;
- Promover a implementação de uma nova estrutura tarifária mais adequada aos interesses dos nossos clientes;

### **Área Financeira:**

- Maximizar a criação de valor;
- Maximizar os proveitos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura;

### **Qualidade:**

- Promover a melhoria contínua;
- Manter a certificação da Qualidade, Ambiente e Segurança.



Conf. 9



## 5. Síntese da Atividade 2019

Handwritten signature in blue ink.



## 5. Síntese da atividade de 2019

### 5.1 Factos Relevantes

Resumem-se os factos mais relevantes ocorridos em 2019 com implicação no negócio e na situação global da empresa, para além da não estabilização do processo de revisão do Contrato de Concessão:

- Crescimento do número de clientes face aos anos anteriores, mantendo uma tendência de crescimento alinhada com a maior atividade da economia local;
- Crescimento global dos consumos, com destaque para os clientes domésticos, mas inferior à banda de reequilíbrio prevista no Contrato de Concessão;
- Redução de consumo dos utilizadores não domésticos, por via da maior utilização de origens próprias;
- Redução para níveis históricos do volume de água perdido num contexto adverso de sustentabilidade infraestrutural dos sistemas municipais em exploração pela Água de Alenquer;
- Agravamento dos problemas operacionais derivados de incrustações de calcário na rede e um elevado número de avarias na rede;
- Manutenção da Certificação ISO 9001; ISO 14001 e OHSAS 18001, tendo sido obtida a certificação pelos novos referenciais de 2015 ISO 9001 e ISO 14001 e iniciada a transição para a nova norma ISO 45001;
- Prossecução do Plano de Gestão de Perdas e Energia que integra eficiência hídrica e energética e do Programa de atualização do Plano de Segurança da Água (PSA);
- No âmbito do Plano de Redução de Perdas, reforço dos sistemas de vigilância e monitorização da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais através de um maior número de ponto de controlo da rede por via do sistema de telegestão e telealarmes integrados no sistema WaterWise;
- Conclusão da empreitada de alteração da origem de água ao Reservatório de Vila Alta contratualizada pela EPAL / Águas do Vale do Tejo;
- Continuidade da implementação do sistema de telemetria em grandes clientes e principais áreas de rega;
- Não conclusão do processo de revisão do Contrato de Concessão e da consequente atualização tarifária, o que conduziu à apresentação ao Município de Alenquer em dezembro de 2019 de uma nova atualização do pedido reequilíbrio apresentado em fevereiro de 2016.

## 5.2 Envolvente Exterior

### 5.2.1 Enquadramento Macroeconómico

#### Geral

O ritmo de crescimento das principais economias tem vindo a diminuir e tem sido ligeiramente inferior ao esperado. Em grande parte deveu-se à incerteza causada pelas tensões comerciais entre os EUA e a China e ao processo irregular de saída do Reino Unido da UE. No entanto, o acordo alcançado entre os EUA e a China e a saída do Reino Unido da UE sugerem que, a partir de agora, a tendência será mais construtiva em ambos os casos.

As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro negativas para os valores de referência a três meses com redução de 0.032p.p e a seis meses com redução de 0.034p.p.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2017	2018	2019
Euribor 1M	-0,37%	-0,37%	-0,40%
Euribor 3M	-0,33%	-0,32%	-0,35%
Euribor 6M	-0,26%	-0,27%	-0,30%
Euribor 12M	-0,15%	-0,18%	-0,21%

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

O preço do petróleo apresentou alguma volatilidade ao longo de 2018. Com tendência ascendente nos primeiros nove meses do ano e uma queda acentuada superior a 24% face ao ano anterior no último trimestre do ano.

O preço do petróleo apresentou no início de 2019 uma recuperação na perspetiva da procura e um forte impulso no preço do barril de Brent que o faz aumentar mais de 20 dólares até atingir os 74 dólares. No segundo semestre do ano o preço do barril de Brent demonstrou maior estabilidade e oscilou em torno dos 60 dólares.

Numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, o aumento do preço do petróleo tem um impacto negativo sobre o crescimento do PIB, através do aumento dos preços da importação de matérias primas, de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços no consumidor reflete quer o efeito direto proveniente do aumento do preço dos produtos derivados do petróleo quer o efeito indireto resultante do aumento do custo de produção de outros bens.

#### Portugal

Em 2019, a economia portuguesa prosseguiu a trajetória de crescimento da atividade, embora inferior aos anos anteriores. Estando o crescimento do PIB alinhado com as publicações para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE).

Em 2019, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação média anual de 0,3%, o que representa uma redução de 0,7p.p face aos valores de 2018.

A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) situou-se em 0,3%, (redução de 0,9p.p. face ao ano de 2019). Os principais indicadores económicos são resumidos no quadro seguinte:

	2017	2018	2019
PIB	3,5%	2,4%	2,0%
IPC	1,4%	1,0%	0,3%
IHPC	1,6%	1,2%	0,3%
Desemprego	8,9%	7,0%	6,3%
Consumo Privado	2,3%	3,1%	2,3%
Consumo Público	0,2%	0,9%	0,5%
Exportações	7,8%	3,8%	2,8%
Importações	8,1%	5,8%	5,4%

Fonte: Banco de Portugal e INE (dez. 2019)

A taxa média de desemprego em 2019 ascendeu a 6.3%, menos 0.7p.p. do que no ano anterior.

A evolução das tarifas de energia elétrica de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra uma redução na Baixa Tensão:

Em 2019, verificou-se uma desaceleração de 0.4p.p. do crescimento do PIB real (2%) relativamente ao valor registado em 2018 (2.4%), resultado de um processo de maturação do ciclo económico, que se traduz numa aproximação dos níveis de crescimento ao ritmo de crescimento potencial da economia.

	2017	2018	2019
<b>Média Tensão</b>	167	167	167
<b>Baixa Tensão Especial</b>	182	181	182
<b>Baixa Tensão Normal</b>	152	151	146

Fonte: ERSE

## 5.2.2 Enquadramento do Setor 2019

Em termos Nacionais, o PENSAAR 2020 constitui, desde 2014, o instrumento estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, com enfoque na gestão eficiente de recursos, na evolução do setor no sentido da melhoria da qualidade e excelência do serviço e no acesso das populações a um serviço público de abastecimento e saneamento adequado às suas necessidades e com custos socialmente aceitáveis.

### Portugal - Atividade do Setor

Existem atualmente em Portugal 421 entidades gestoras, das quais 266 com atividade de abastecimento público de água, excluindo-se cerca de 48 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou Associações de Utilizadores, 269 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 277 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2019), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	1	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	8
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-	-
Associações de Municípios	-	1	3
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	1	-	-
Serviços Municipais	1	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>23</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2018

Na vertente da “baixa”, existem em Portugal, 306 entidades no abastecimento de água e 257 no saneamento de águas residuais, repartidas por 8 e 5 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo cerca de 3 milhões de habitantes e 184 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes e 21 concelhos, as concessões municipais com cerca de 2 milhões de habitantes e 33 concelhos, e as empresas municipais ou intermunicipais, com 1,8 milhões de habitantes e 28 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,7 milhões de habitantes e 191 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,2 milhões de habitantes, em 20 concelhos), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes, em 28 concelhos), as concessões municipais (1,7 milhões de habitantes, em 23 concelhos) e as parcerias Estado/municípios (0,6 milhões de habitantes, em 18 concelhos).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	28	23	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	2	2	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	23	18
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	48	-	-
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	19	18	7
Serviços Municipais	184	191	228
<b>TOTAL</b>	<b>306</b>	<b>257</b>	<b>255</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2018

No que se refere à acessibilidade física dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa”, de acordo com os parâmetros de qualidade da Entidade Reguladora (RASARP 2019), é considerada boa para o território continental, com exceção da acessibilidade ao serviço de saneamento de águas residuais em áreas mediantemente urbanas, considerado apenas como mediano.

<b>Abastecimento de água em Portugal continental</b>	
Serviço em baixa (para 99% das entidades)	
Área predominantemente urbana	99%
Área mediamente urbana	95%
Área predominantemente rural	92%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2018

<b>Saneamento de águas residuais em Portugal continental</b>	
Serviço em baixa (para 89% das entidades)	
Área predominantemente urbana	97%
Área mediamente urbana	82%
Área predominantemente rural	70%

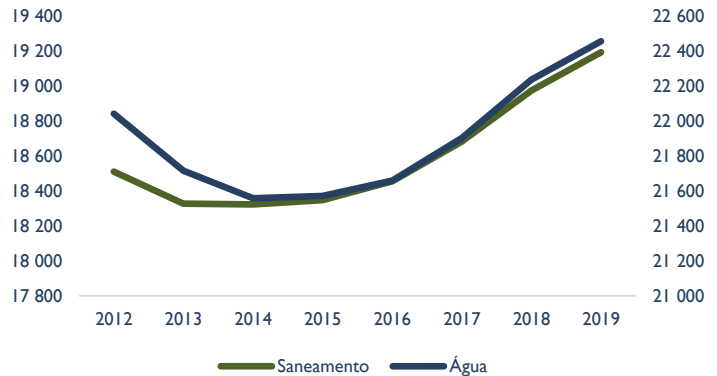
Quanto a água não faturada, segundo o RASARP 2019, a média continental foi de 29,4%.

### 5.2.3 Enquadramento Comercial

#### Clientes de água e saneamento

Em 2019 acentuou-se a recuperação do número de clientes face à redução verificada entre 2011 e 2013. O número de clientes no final de 2019 é de 22.457.

A redução de clientes verificada em 2012 foi motivada pela alteração tarifária implementada em 2012, a variação da conta de terceiros na designada fatura da água, com destaque para o peso relativo dos resíduos urbanos, a situação socioeconómica do país e do Município (aumento do desemprego, redução do poder de compra das famílias, o regresso ao país de origem de alguma comunidade emigrante residente no concelho de Alenquer e a saída de população residente).

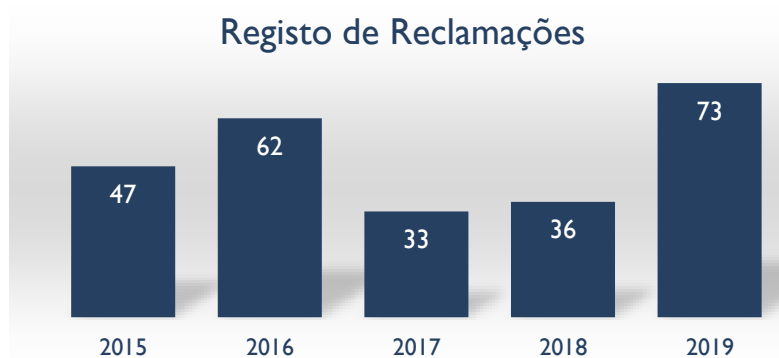


Em 2019 acentuou-se a retoma do mercado da construção e do imobiliário, que em conjunto com o crescimento acentuado da comunidade emigrante, contribui para o aumento do número de cliente. Apesar destas variações, a distribuição relativa do número de clientes por freguesia não sofreu alterações, mantendo-se um peso relativo de 57% dos clientes nos centros urbanos de Alenquer e Carregado, e os restantes clientes distribuídos pelas freguesias não urbanas. Continua a verificar-se a tendência de redução do peso relativo dos clientes industriais relativamente aos clientes domésticos, resultante da alteração do tecido empresarial no Município e da procura de origens alternativas para utilização industrial.

O gráfico anterior apresenta a evolução anual do número de cliente de água e de saneamento, sendo de realçar a manutenção do rácio de clientes de saneamento vs. clientes de água (85%).

No seguimento da melhoria contínua dos procedimentos internos da empresa, procurou-se garantir um prazo médio de resposta a reclamações baixo (2 dias úteis de resposta). Relativamente a 2018 registou-se um crescimento acentuado do número de reclamações (36 vs. 73) patrocinado pelos movimentos populares criados em Alenquer.

Apesar deste aumento, verificou-se um rácio de 3 reclamações por cada mil clientes. No quadro seguinte são apresentados alguns valores que caracterizam a atividade no período 2017-2019,



Indicadores Gestão de Clientes – Água	2017	2018	2019
Consumo Médio Mensal - (m <sup>3</sup> /cliente/mês)	9,19	8,72	8,78
Fatura Média Mensal - (€)	29,62	28,48	28,96
Novos Contratos - (un.)	432	623	427
Baixas de Contratos - (un.)	188	289	207
Cortes Efetuados Média Mensal - (un.)	109	83	82

De salientar a função do sítio da Águas de Alenquer como veículo fundamental de comunicação com os Utilizadores, bem como a aplicação myAqua e a Loja Cliente. As promoções da adesão à fatura eletrónica tornaram expressiva esta forma de expedição da faturação emitida.

#### 5.2.4 Enquadramento Interno do Setor

##### Captação, Tratamento e Distribuição de Água

Durante o ano de 2019, o volume de água entrada no sistema de distribuição foi de  $3,08 \times 10^6$  m<sup>3</sup>, inferior ao volume entrado em 2018 ( $27,3 \times 10^3$  m<sup>3</sup>). Do volume entrado no sistema,  $2,98 \times 10^6$  m<sup>3</sup> foram adquiridos à Águas do Vale do Tejo e os restantes  $98,2 \times 10^3$  m<sup>3</sup> produzidos em captações municipais “em baixa” em exploração pela Águas de Alenquer ou adquiridos ao Concelho de Arruda dos Vinhos e Vila Franca de Xira.

O volume de água faturado em 2019 foi de aproximadamente  $2,36 \times 10^6$  m<sup>3</sup>, o que representou um ligeiro aumento dos consumos no município de Alenquer de aproximadamente 1,7% face a 2018, sustentado no contexto de seca severa ocorrido em 2019. Na distribuição por tipo de consumidor, os consumidores domésticos continuam a ter a maior representatividade: 67,4% do volume faturado. Nos consumidores não-domésticos, a Autarquia representa cerca de 16%, o comércio 34,9% e a indústria 37,7%. O remanescente é repartido pelos restantes consumidores não-domésticos. De salientar o aparecimento em 2012 das tarifas sociais que englobam o tarifário doméstico para famílias numerosas e o tarifário doméstico para famílias de baixos rendimentos, que representaram no seu conjunto 1,8% dos consumos verificados.



O forte investimento alocado ao sistema de abastecimento de água para a monitorização e controlo dos caudais que circulam no sistema e a manutenção das práticas de pesquisa ativa de fugas e redução de perdas de água, continuou a garantir a melhoria do desempenho do sistema de abastecimento de água, obtendo-se em 2019 um novo mínimo histórico do volume de água perdido ( $691 \times 10^3 \text{ m}^3$ ), numa redução de 4,8% face a 2018. Continua a não se verificar a renovação da rede municipal de abastecimento de água, sendo a infraestrutura municipal em exploração pela Águas de Alenquer uma infraestrutura envelhecida de acordo com o Índice de Valor da Infraestrutura (IVI), que carece de investimentos significativos de reabilitação não previstos no Contrato de Concessão. Às características físicas do sistema acrescem os fortes constrangimentos provocados pelas incrustações de calcário existentes da rede de abastecimento de água, que em 2019 foram novamente particularmente gravosos na Freguesia de Santana da Carnota. Continuam por substituir as condutas na linha Gataria / Pereiro de Palhacana fortemente condicionadas desde o Verão de 2013.

No ano de 2019 foi integralmente cumprido o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, tendo sido realizadas 2.027 determinações a parâmetros de qualidade da água, de acordo com o programa de colheitas estabelecido. Todas as análises foram efetuadas em laboratório acreditado, não se tendo verificado violações aos valores paramétricos. A Águas de Alenquer recebeu novamente em 2019 o Selo de Qualidade Água para Consumo Humano atribuído pela ERSAR.

O sistema de abastecimento de água em exploração pela Águas de Alenquer é constituído por 678 km de condutas do sistema de abastecimento de água, 62 reservatórios, com uma capacidade acumulada de  $18 \times 10^3 \text{ m}^3$  e 41 instalações elevatórias (44 estações elevatórias / centrais hidropressoras).

### **Recolha, Transporte e Tratamento de Efluentes**

Durante o ano de 2019 o volume de água residual faturado pela Águas de Alenquer foi de  $1,80 \times 10^6 \text{ m}^3$ , sendo o volume registado à entrada das instalações de tratamento da Águas de Lisboa e Vale do Tejo / Águas do Tejo-Atlântico de  $2,21 \times 10^6 \text{ m}^3$ . A diferença nos caudais faturados e registados é devida às aflúncias indevidas ao sistema, influenciadas pelas características do ano hidrológico e pelos níveis freáticos elevados nos períodos de precipitação prolongada. A melhoria de desempenho do sistema face a 2018 foi apenas influenciado pelas características do ano hidrológico que se traduziram num ano muito seco.

Para minimizar as aflúncias indevidas nas redes prediais e melhorar o desempenho do Sistema, mantiveram-se em articulação com o Município as campanhas de identificação de pontos de entrada de águas pluviais na rede de drenagem de águas residuais domésticas e as campanhas de caracterização e monitorização de efluentes.

A faturação da Águas do Tejo-Atlântico, foi realizada com base nos caudais associados aos rendimentos garantidos previstos para o Município de Alenquer no EVEF do sistema multimunicipal para o período de convergência tarifária.

O sistema de saneamento em exploração pela Águas de Alenquer é constituído por 414 km de coletores e condutas elevatórias e 14 estações elevatórias de águas residuais. A exploração da EEAR da Trombeta e EEAR Pinto Barreiros a pedido do Município de Alenquer iniciou-se em novembro de 2017 e setembro 2018, respetivamente.

## **Trabalhos de Manutenção**

Para além das atividades programadas de manutenção da rede de abastecimento de água, nomeadamente reservatórios, estações elevatórias e órgãos acessórios da rede, foram realizadas 398 intervenções de reparação de condutas, 214 reparações de ramais domiciliários e 210 reparações em acessórios de contadores e olhos-de-boi, registando-se a tendência de agravamento do número de avarias face aos anos anteriores. No ano 2019 foram ainda renovados integralmente 53 ramais de água em resultado da reparação de roturas e da pesquisa ativa de fugas. Todos os trabalhos foram realizados maioritariamente com meios próprios, sustentando assim a aposta de internalização iniciada em 2010. De salientar ainda a campanha permanente de substituição de contadores (1740 contadores substituídos em 2019), que garante uma idade média do parque de contadores sujeitos a faturação inferior a 4 anos. A campanha de substituição de contadores iniciada em 2015, fortemente ampliada pelos problemas de calcário existentes, traduz-se na segunda renovação integral do parque de contadores.

No sector de saneamento procedeu-se à limpeza preventiva de 267 km de coletores de saneamento, procurando assim minorar as avarias no sistema. Realizaram-se durante o ano de 2019, 109 desobstruções na rede de coletores e 11 desobstruções em ramais domiciliários.

Foi efetuado o despejo de 107 fossas sépticas tendo sido recolhidos aproximadamente 552 m<sup>3</sup> de águas residuais nessa operação.

## **Outras Atividades**

Ao longo do ano de 2019 deram entrada e foram objeto de parecer técnico 75 projetos de redes prediais (abastecimento de água e de drenagem de águas residuais), sustentando a retoma da atividade de construção no Município. Foram efetuados 77 orçamentos para ramais de água, tendo sido executados 63 ramais, e efetuados 14 orçamentos para ramais de saneamento, com a execução de 11 ramais de saneamento. As restrições impostas pelo Regulamento Municipal de trabalhos na via pública, com novas regras na reposição de pavimentos, continuam a ter reflexo na realização de novos ramais devido o impacto no custo final do ramal para o Utilizador.

Durante o ano de 2019 foi realizada a limpeza, desinfecção e higienização de todos os reservatórios em exploração. Foram criadas duas novas zonas de controlo de pressão, seis novas zonas de controlo caudal e instalado equipamento de telecontrolo/telegestão em mais vinte pontos de medição e controlo existentes com vista à melhoria operacional da rede. Em paralelo foram incrementadas as ferramentas funcionais com o suporte acionista: i) WaterWise: Ferramenta de controlo de caudais, baseada numa análise de métodos estatísticos, que produz e monitoriza perfis e padrões de consumo em zonas de medição e controlo. Esta monitorização (em contínuo) é suportada pela base de dados da telegestão, que leva à deteção automática de fugas de água, rebentamento de condutas ou avarias dos contadores; ii) Workwise: Ferramenta de gestão de ordens de serviço e portabilidade das mesmas.

Quanto a matérias ambientais, é de referir 19 descargas de águas residuais por avaria, todas comunicadas à APA – Agência Portuguesa de Ambiente / ARH Tejo (Administração da Região Hidrográfica do Tejo) no integral cumprimento da legislação aplicável, tendo sido tomadas medidas operacionais com carácter de emergência para reposição do serviço de drenagem.

De destacar que a Águas de Alenquer através dos sistemas de micro geração de energia elétrica instalados nas suas instalações evitou a emissão de aproximadamente de 13,2 kg de CO<sub>2</sub>, compensando na totalidade as necessidades energéticas das instalações operacionais (loja e armazém) através das 8 unidades de microgeração fotovoltaica instaladas.

Em termos de Investigação e Desenvolvimento será de destacar a participação nos projetos corporativos: Iniciativa PGPE (Plano de Gestão de Perdas e Energia) promovido pelo LNEC em parceria com o IST, Addition, Lda. e ITA (Universidade Politécnica de Valência, Espanha) e o Projeto PSA II (Plano de Segurança da Água), com a orientação da Aquapor.

### **5.2.5 Regulação**

Em março de 2019 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer o relatório anual de exploração e gestão, referente ao ano de 2018, e em setembro foi apresentado o relatório semestral relativo à atividade desenvolvida no primeiro semestre de 2019, dando assim cumprimento ao estipulado nas cláusulas 82<sup>a</sup> e 83<sup>a</sup> do Contrato de Concessão.

Durante o ano de 2019 manteve-se o relacionamento positivo com a Câmara Municipal de Alenquer, tendo a Concedente promovido diversas ações de acompanhamento da atividade comercial e operacional, das quais resultaram sugestões de melhoria acolhidas e implementadas. Neste âmbito, salienta-se a realização de reuniões mensais de acompanhamento entre a Administração da empresa e o Diretor Municipal responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Concessão.

A Comissão de Acompanhamento da Concessão, constituída em junho de 2014 nos termos do Decreto-lei n.º 194/2009 de 20 de agosto, reuniu trimestralmente durante o ano de 2019.

O tarifário praticado foi aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Alenquer de 7 de março de 2016, tendo obtido parecer prévio favorável por parte da Entidade Reguladora através do Ofício N.º O-001448/2016 de 26 de fevereiro de 2016, e é apresentado nos quadros seguintes, sendo aplicável IVA à taxa de 6% para os serviços de água e saneamento e de 23% para outros serviços.

# Tarifário

TARIFAS (base 30 dias)	
Descrição	
Tarifa Fixa de Abastecimento: (€)	2019
<b>Domésticos</b>	<b>5,8542</b>
<b>Não Domésticos</b>	
Até 20 mm	5,9798
20 mm a 30 mm	7,0671
30 mm a 50 mm	27,1810
50 mm a 100 mm	54,3620
mais de 100 mm	97,8515
<b>Tarifa Social e Familiar</b>	<b>0,0000</b>
Tarifas de Venda de Água: (€/m3)	
Domésticos	
2019	
1º Escalão (0 a 5 m3 / 30 dias)	0,6308
2º Escalão (6 a 15 m3 / 30 dias)	1,2473
3º Escalão (16 a 25 m3 / 30 dias)	2,0206
4º Escalão (mais de 25 m3 / 30 dias)	3,1695
Tarifa Familiar	
2019	
Base tarifária dos utilizadores domésticos com alargamento dos escalões de 3 m <sup>3</sup> por cada descendente além do 2.º filho	
Tarifa Social	
2019	
1º Escalão (0 a 5 m3 / 30 dias)	0,0000
2º Escalão (6 a 15 m3 / 30 dias)	0,6308
3º Escalão (16 a 25 m3 / 30 dias)	2,0206
4º Escalão (mais de 25 m3 / 30 dias)	3,1695
Não Domésticos	
2019	
Escalão Único	2,0206
Autarquia e Juntas de Freguesia	
2019	
Escalão Único	1,2473
Tarifa Fixa de Saneamento: (€)	100% Tarifa Fixa de Abastecimento
Tarifa Variável de Saneamento: (€/m3)	90% Tarifa de venda de Água

Tarifas por Outros Serviços	
Abastecimento de Água: (€)	
2019	
Vistoria Habitação (por fogo e anexos)	100,3739
Ligação à rede de distribuição de água	58,8758
Tarifa de aferição de contador se solicitada	100,3739
Restabelecimento de ligação de água	53,5356
Verificação extraordinária de contadores	26,7679
Saneamento: (€)	
2019	
Ligação Habitação (por fogo e anexos)	31,5519
Vistoria Habitação (por fogo e anexos)	77,1729
Desobstrução (por cada hora ou fracção)	87,9621
Limpeza de fossas (por cada carga de 3 m3)	95,9696
Gerais: (€)	
2019	
Pedido de informação sobre o sistema público	16,3086
Pedido de Orçamento	27,1810
Taxa de deslocação	26,4308
Análise de projectos	166,0912
Outros serviços não especificados*	20%
Ramais Domiciliários**	
Abastecimento de Água: (€)	
Valor Fixo (€):	
2019	
até 1"	435,5914
1 1/4"	446,3118
1 1/2"	621,8792
2"	694,3655
maior que 2"	861,8003
Valor Variável (€/metro)	
2019	
até 1"	68,0829
1 1/4"	68,7462
1 1/2"	68,7462
2"	69,6921
maior que 2"	69,6921
Saneamento: (€)	
Valor Fixo (€):	
2019	
até 140mm	911,3894
maior que 140mm	965,0012
Valor Variável (€/metro)	
2019	
até 140mm	92,4806
maior que 140mm	99,1780

\* **Outros Serviços não Especificados:** 20% sobre o valor de orçamento

\*\* **Ramais:** Gratuito para a 1.ª ligação de Utilizadores Domésticos com disponibilidade de serviço até 20 metros

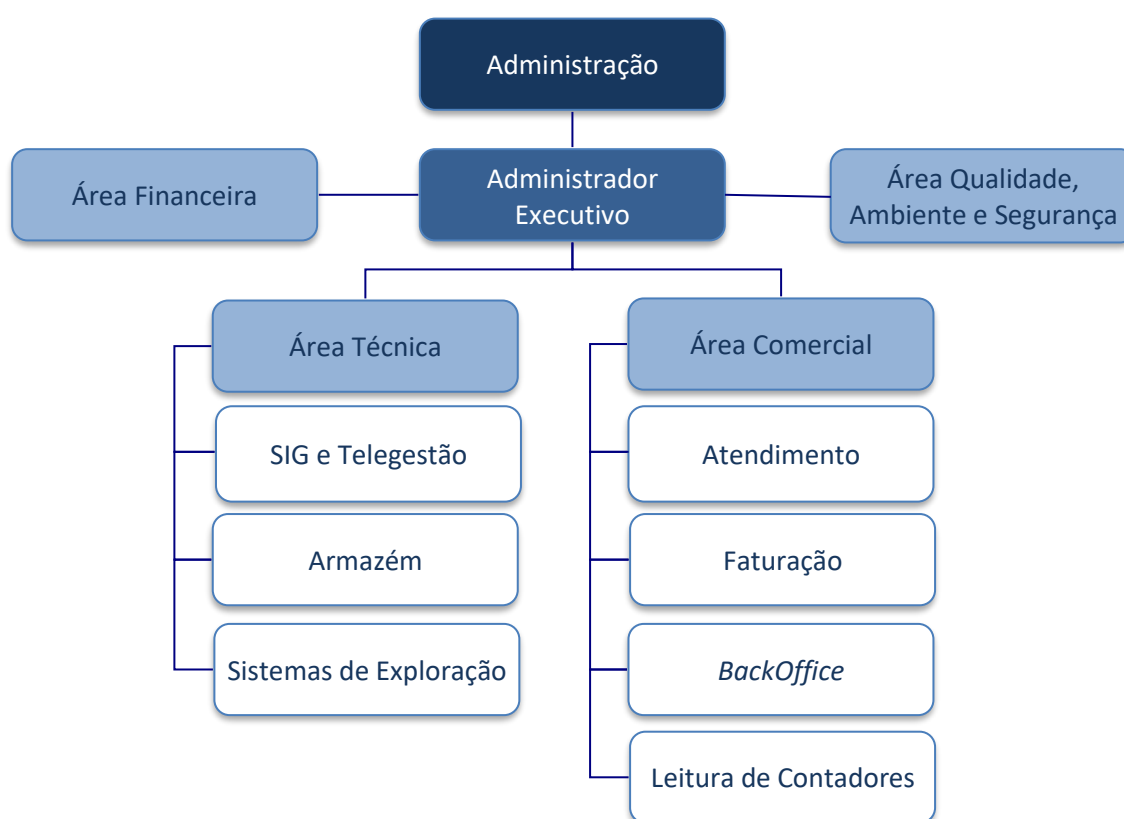
Durante o mês de setembro foi submetido à Entidade Reguladora o Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) para o ano de 2020, tendo merecido a sua aprovação em “alta” e em “baixa”. O Plano aprovado para o ano de 2019 foi cumprido na íntegra, sem qualquer violação de valores paramétricos (incumprimentos) num total de 1.958 determinações.

Em 2019 a Águas de Alenquer foi auditada pela Entidade Reguladora - ERSAR - no âmbito da fiscalização e acompanhamento do Plano de Controlo da Qualidade da Água.

## 5.3 Estrutura Organizacional

### 5.3.1 Organograma

O organograma da Águas de Alenquer apresenta a seguinte estrutura:



### 5.3.2 Formação

Formação 2019	N.º de Horas
Amostragem em Água destinada ao Consumo Humano	15
A nova Norma ISO 45001:2018	40
AQUASIS - “Combate às Perdas de Água – Contribuição da Tecnologia”	32
Encontro Avaliação do Risco em Sistemas de Água de Consumo	28
ENEG-Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Saneamento e Água	87
Formação em Stacker	44
Formação em Tacógrafos	36
Fórum ENERMETER " A tecnologia da medição como suporte da sustentabilidade e eficiência no uso da água"	14
Formação Qualidade, Ambiente e Segurança	86
Green Business Week - Smart Cities	8
Operação, manutenção e programação de VRP	14
Operações de Serralharia	136
PENSA - Programa para a Sust <b>EN</b> tabilidade dos <b>S</b> erviços de águas e gestão eficiente de <b>A</b> tivos	105
Reciclagem do Passaporte de Segurança	96
Segurança no manuseamento de equipamentos de corte	80
Tecnologia de Soldadura - Outros processos de corte	80
	901

Em termos de carga horária verificou-se uma média de 29 horas de formação por colaborador. Toda a formação realizada em horário laboral.

### 5.3.3 Recursos Humanos

O quadro de pessoal da Águas de Alenquer é composto por 32 colaboradores, dos quais 2 em regime de requisição à CMA e 1 em regime de prestação de serviço.

A antiguidade média dos trabalhadores é de 8 anos. A estrutura dos colaboradores da Empresa é distribuída da seguinte forma: homens 72% e mulheres 28%, com distribuição por faixa etária apresentada na tabela anterior.

Na tabela seguinte apresenta-se a distribuição dos colaboradores por habilitações literárias, sendo de destacar que 69% dos colaboradores da empresa possui o 12º ano de escolaridade ou superior.

Faixa Etária	N.º de Colaboradores		
	2017	2018	2019
20 - 24	0	0	0
25 -29	3	2	0
30 - 34	7	7	7
35 - 39	8	9	11
40 - 44	4	3	4
45 - 49	5	5	5
50 - 54	3	4	3
mais de 55	1	1	2
	<b>31</b>	<b>31</b>	<b>32</b>

Habilitações Literárias	N.º de Colaboradores		
	2017	2018	2019
Ensino Superior	5	5	6
Bacharelato	1	1	1
12.º Ano	15	15	15
10.º Ano	2	2	2
Ensino Básico	8	8	8
	<b>31</b>	<b>31</b>	<b>32</b>

Descrição	2019		2018		2017	
	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas	N.º médio de pessoas	N.º de horas Trabalhadas
<b>Pessoal ao serviço da empresa</b>	<b>32</b>	<b>52 536</b>	<b>31</b>	<b>52 176</b>	<b>31</b>	<b>52 176</b>
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	31	52 536	30	52 176	30	52 176
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa	0	0	0	0	0	0
<b>Pessoal ao serviço da empresa por tipo horário</b>	<b>31</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>0</b>
<b>Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo</b>	<b>30</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>0</b>
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	31	0	30	0	30	0
<b>Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0	0	0	0	0
<b>Pessoal ao serviço da empresa por sexo</b>	<b>31</b>	<b>52 536</b>	<b>30</b>	<b>52 176</b>	<b>30</b>	<b>52 176</b>
Homens	22	36 744	22	37 581	22	37 581
Mulheres	9	15 792	8	14 595	8	14 595
<b>Pessoal ao serviço da empresa das quais</b>	<b>1</b>	<b>1 687</b>	<b>1</b>	<b>1 680</b>	<b>1</b>	<b>1 632</b>
Pessoal ao serviço da empresa afetas à Investigação e Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0
Prestadores de serviço	1	1 687	1	1 680	1	1 680
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	0	0	0	0	0	0

No ano de 2019 registaram-se três acidentes de trabalho.

### 5.3.4 Regras Societárias

O Conselho de Administração reúne regularmente com uma periodicidade mínima trimestral para deliberar sobre assuntos de interesse para a Águas de Alenquer. Para obrigar a sociedade, em qualquer ato administrativo, é necessária a assinatura conjunta de dois Administradores, à exceção de algumas funções devidamente delegadas por via de procuração.

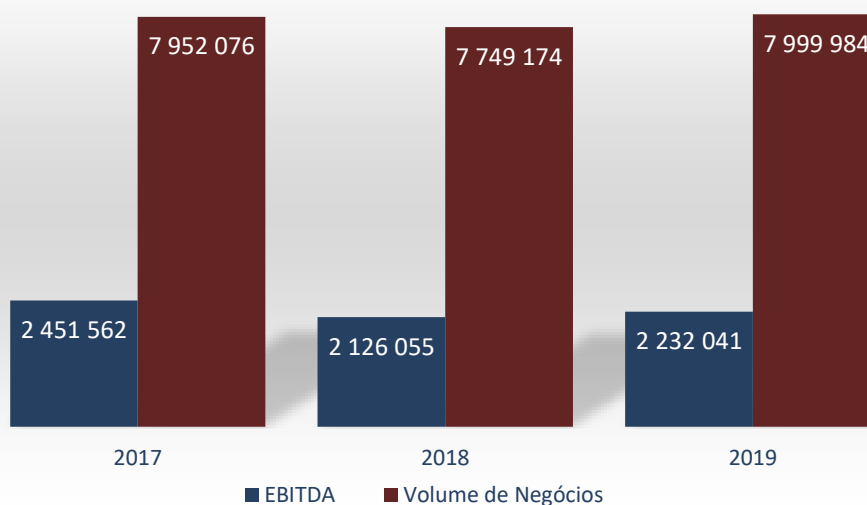
Foram conferidas funções executivas a um dos administradores, através de procuração, com poderes de gestão corrente, *plafonds* de aprovação de investimento e despesa e de celebração de contratos com terceiros até determinados limites.

A administração executiva realiza reuniões internas semanais com os diretores da empresa para complementar a gestão da empresa. Os diretores reúnem periodicamente com os seus colaboradores.

### 5.4 Desempenho da Empresa

No ano 2019, o Volume de Negócios registou um aumento de 250.810 Euros (3,2%), resultante do maior volume de água faturada e do crescimento do número de clientes. O EBITDA teve uma variação positiva de 105.986 € (5,0%) para o qual contribuiu fortemente o aumento do volume de água faturado e o desempenho do sistema de abastecimento de água.

#### Variação EBITDA / Volume de Negócios





	2017	2018	2019	Var. 18/19
	Euros	Euros	Euros	%
Ativo Líquido	23 123 018	21 668 994	22 158 886	2,3%
Capitais Próprios	7 895 997	8 822 425	9 794 111	11,0%
Capital Social	1 500 000	1 500 000	1 500 000	-
Passivo Remunerado	1 477 371	251 321	256 857	2,2%
<i>Divida Líquida (1)</i>	<i>0,16</i>	<i>0,03</i>	<i>0,03</i>	<i>-</i>
<i>Estrutura Financeira (2)</i>	<i>0,19</i>	<i>0,03</i>	<i>0,03</i>	<i>-</i>
<i>Autonomia Financeira (3)</i>	<i>34,15%</i>	<i>40,71%</i>	<i>44,20%</i>	<i>-</i>
Rendimentos Operacionais	8 497 220	8 137 724	8 457 323	3,9%
EBITDA	2 451 562	2 126 055	2 232 041	5,0%
<i>Margem EBITDA (4)</i>	<i>28,85%</i>	<i>26,13%</i>	<i>26,39%</i>	<i>1,0%</i>
EBIT	1 611 541	1 290 330	1 352 749	4,8%
<i>Margem EBIT</i>	<i>18,97%</i>	<i>15,86%</i>	<i>15,99%</i>	<i>0,9%</i>
Resultado Financeiro	-107 326	-74 346	-63 185	-15,0%
Resultado Líquido	1 150 158	927 185	977 208	5,40%

(1) - D/(D+E)

(2) - D/E

(3) - Capitais Próprios/ Ativo Líquido Total

(4) - EBITDA/ Rendimentos Operacionais

## 5.5 Análise Económico Financeira

### 5.5.1 Análise de Gastos e Rendimentos

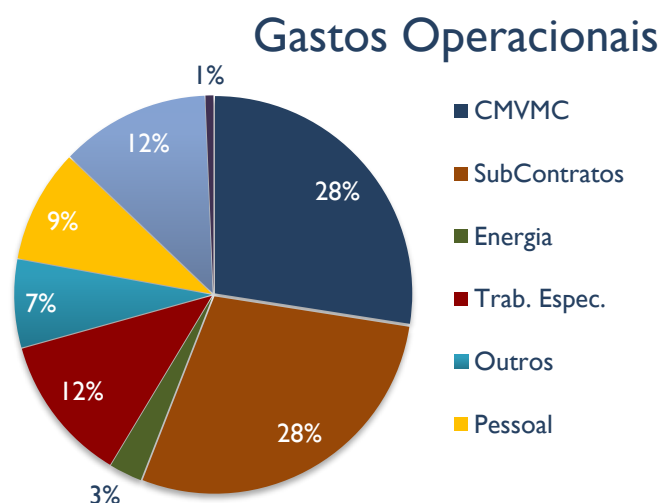
#### Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais antes de amortizações ascenderam a 6.151.408 Euros, representando um acréscimo de 3,1% face ao período homólogo, para este acréscimo contribuíram fortemente, o reconhecimento da indemnização a pagar ao pessoal no final do Contrato de Concessão (86k€) e o aumento dos custos com Subcontratos relacionados com o investimento nas redes (118k€), no entanto, este último é compensado pela rubrica de Trabalhos para Própria Empresa. De salientar ainda a variação das rubricas CMVMC e do valor de Subcontratos.

No global, verificou-se um aumento de Gastos Operacionais no valor de 257.181 Euros, um acréscimo de 3,8% face ao ano anterior.

Gastos Operacionais	2017 Euros	2018 Euros	2019 Euros	Peso %	Var. 18/19 %
CMVMC	1 940 381	1 880 819	1 884 924	26,5%	0,2%
Subcontratos	2 022 645	1 949 273	2 055 911	28,9%	5,5%
Energia	195 411	184 389	199 311	2,8%	8,1%
Trabalhos Especializados	748 978	825 258	802 331	11,3%	-2,8%
Outros	503 349	492 947	456 652	6,4%	-7,4%
Pessoal	582 754	634 508	752 278	10,6%	18,6%
<b>Subtotal</b>	<b>5 993 517</b>	<b>5 967 193</b>	<b>6 151 408</b>	<b>86,6%</b>	<b>3,1%</b>
Gastos de depreciação e de amortização	840 022	835 725	879 293	12,4%	5,2%
Perdas por imparidade	52 141	44 476	73 874	1,0%	66,1%
<b>Total</b>	<b>6 885 679</b>	<b>6 847 394</b>	<b>7 104 575</b>	<b>100,0%</b>	<b>3,8%</b>

O peso relativo dos Gastos Operacionais é detalhado no gráfico seguinte, sendo de destacar o peso relativo da compra de água e tratamento de efluentes decorrentes dos contratos de fornecimento e recolha celebrados entre o Município de Alenquer e a Águas do Vale do Tejo / Águas do Tejo Atlântico, que representam 50,3% dos Gastos Operacionais antes de Depreciações, Amortizações e Ajustamentos.



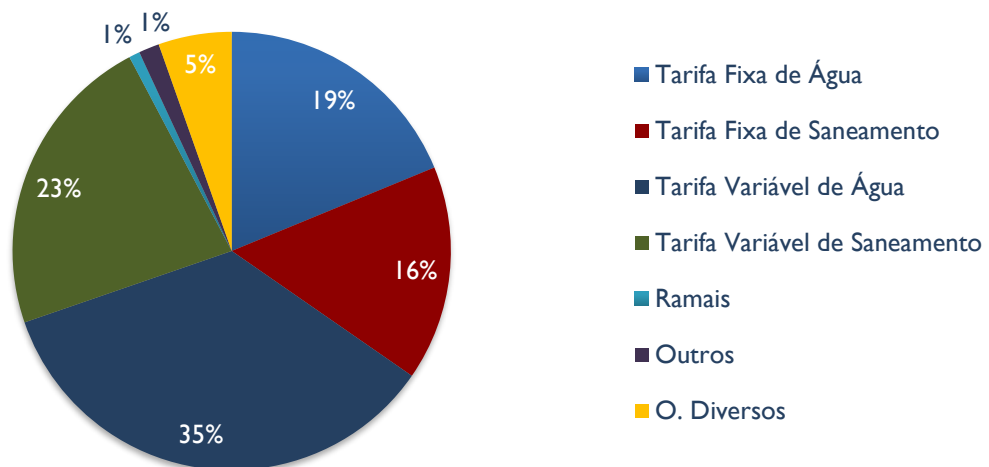
## Rendimentos Operacionais

Durante o exercício de 2019, os Rendimentos Operacionais totais ascenderam a 8.457.323 Euros, representando um acréscimo de 319.599 Euros (3,9%) em relação ao valor registado no final do ano anterior.

No ano 2019 verificou-se um aumento do Volume de Negócios de 250.810 Euros (3,2%), resultante do maior volume de água faturada.

Rendimentos Operacionais	2017 Euros	2018 Euros	2019 Euros	Peso %	Var. 18/19 %
Tarifa Fixa	2 865 428	2 879 008	2 930 132	34,6%	1,8%
Tarifa Fixa de Água	1 552 761	1 567 677	1 588 347	18,8%	1,3%
Tarifa Fixa de Saneamento	1 312 668	1 311 330	1 341 785	15,9%	2,3%
Tarifa Volumétrica	4 919 275	4 719 881	4 873 538	57,6%	3,3%
Tarifa Variável de Água	3 084 996	2 930 538	2 965 969	35,1%	1,2%
Tarifa Variável de Saneamento	1 834 279	1 789 344	1 907 568	22,6%	6,6%
Outros serviços	167 372	150 285	196 315	2,3%	30,6%
Ramais	25 531	21 923	67 768	0,8%	209,1%
Outros	141 842	128 362	128 546	1,5%	0,1%
O. Diversos	545 144	388 550	457 339	5,4%	17,7%
<b>Total</b>	<b>8 497 220</b>	<b>8 137 724</b>	<b>8 457 323</b>	<b>100,0%</b>	<b>3,9%</b>

### Rendimentos Operacionais



## 5.5.2 Análise do Balanço

	2017	2018	2019	Var. 18/19
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>%</i>
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo não corrente</b>	<b>16 240 761</b>	<b>15 566 175</b>	<b>14 945 520</b>	-4%
<b>Ativo corrente</b>	<b>6 882 257</b>	<b>6 102 819</b>	<b>7 213 365</b>	18%
Inventários	106 353	109 406	90 871	-17%
Divida de Terceiros	4 116 511	3 984 919	4 082 059	2%
Diferimentos	15 515	3 370	3 388	1%
Caixa e depósitos bancários	2 643 878	2 005 125	3 037 048	51%
<b>Total</b>	<b>23 123 018</b>	<b>21 668 994</b>	<b>22 158 886</b>	<b>2%</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>7 895 997</b>	<b>8 822 425</b>	<b>9 794 111</b>	11%
<b>Passivo</b>	<b>15 227 020</b>	<b>12 846 569</b>	<b>12 364 775</b>	-4%
Passivo não corrente	3 197 681	3 286 131	3 329 308	1%
Passivo corrente	12 029 339	9 560 439	9 035 467	-5%
<b>Total</b>	<b>23 123 018</b>	<b>21 668 994</b>	<b>22 158 886</b>	<b>2%</b>

O Ativo líquido da concessão atingiu no final do exercício de 2019 os 22.158.886 Euros. O Passivo total registou um decréscimo de 4% atingindo os 12.364.775 Euros, o Passivo Não Corrente registou um aumento de 1% e o Passivo Corrente registou uma diminuição de 5% efeito da redução da dívida a fornecedores. Por outro lado, os Capitais Próprios aumentaram 11% atingindo 9.794.111 Euros efeito do resultado líquido do exercício, que em 2019 que ascendeu a 977.208 Euros.

### 5.5.3 Indicadores Económico-Financeiros

	2017	2018	2019	Var. 18/19
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Ativos fixos tangíveis	317 564	344 057	360 211	5%
Ativos Intangíveis	15 884 287	15 156 861	14 454 831	-5%
Ativos por impostos diferidos	38 910	64 619	129 101	100%
	2017	2018	2019	Var. 18/19
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Capital Social	1 500 000	1 500 000	1 500 000	0%
Prestações Acessórias	3 948 558	3 948 558	3 948 558	0%
Suprimentos	175 000	175 000	175 000	0%
Financiamento Bancário CP	1 230 000	0	0	0%
Financiamento Bancário MLP	0	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>6 853 558</b>	<b>5 623 558</b>	<b>5 623 558</b>	<b>0%</b>
Caixa e depósitos bancários	2 643 878	2 005 125	3 037 048	51%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>4 209 680</b>	<b>3 618 433</b>	<b>2 586 510</b>	<b>-29%</b>

Financeiro	2017	2018	2019	Var. 18/19
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Capital Social	1 500 000	1 500 000	1 500 000	0%
Ativo Líquido	23 123 018	21 668 994	22 158 886	2%
Ativos por impostos diferidos	38 910	64 619	129 101	100%
Volume de Negócios (€)	7 952 076	7 749 174	7 999 984	3%
Volume de Negócios / Cliente (€)	363	348	356	2%
Resultado Antes de Impostos (€)	1 504 215	1 215 984	1 289 564	6%
Resultado Líquido do Exercício (€)	1 150 158	927 185	977 208	5%
EBITDA (€)	2 451 562	2 126 055	2 232 041	5%

Rácios		2017	2018	2019
Rácios de Rentabilidade	Rentabilidade dos Capitais próprios	0,146	0,105	0,100
	Rentabilidade das Vendas	0,145	0,120	0,122
	Rentabilidade do Ativo	0,070	0,060	0,061
Rácios de endividamento	Rácios de endividamento	0,158	0,028	0,026
Rácios de Estrutura	Autonomia Financeira	0,341	0,407	0,442
	Solvabilidade	0,519	0,687	0,792
	Estrutura de Capitais	1,928	1,456	1,262
Rácios de Liquidez	Liquidez geral	0,572	0,638	0,798
	Liquidez reduzida	0,562	0,627	0,788
	Liquidez imediata	0,220	0,210	0,336

#### 5.5.4 Principais Investimentos

No final de 2008, a Águas de Alenquer terminou a execução física do Plano de Investimentos referente à rede de drenagem de águas residuais, com a execução de 82,26 km de coletores, 5 estações elevatórias de águas residuais, 2.202 ramais e 6 novos reservatórios de água. Em 2013 foi executado o sistema elevatório de águas residuais do Fiandal para garantir uma solução alternativa ao sistema gravítico projetado inicialmente e interrompido por falta de disponibilização de terrenos, concluindo assim integralmente o Plano de Investimentos referente às obras de saneamento.

Em 2019 a Águas de Alenquer investiu 319.210 Euros relativos às seguintes infraestruturas e equipamentos:

- Execução de 8 novas zonas de medição de caudal e/ou estabilização de pressão;
- Instalação de equipamentos de telecontrolo para monitorização em contínuo e emissão de alarmes em 20 ZMC/VRP com integração no software WaterWise;
- Remodações diversas na rede de abastecimento de água, incluindo a substituição de rede e a melhoria do seccionamento de rede, com destaque para as localidades de Ota, Meca e Penedos;
- Conservação e pintura exterior de 3 instalações (reservatórios e EEAA) e arranque da reparação interior das células do Reservatório de Casais da Marmeleira;

- Remodelação e beneficiação de estações elevatórias de água, incluindo substituição de equipamento, com destaque para a remodelação de equipamento nas EEAA de Cabanas de Chão e Casal Pinheiro;
- Renovação do Parque de Contadores, com a substituição de 1.758 contadores;
- Ampliação do sistema de telecontagem para grandes consumidores e principais áreas de rega;
- Remodelações diversas na rede de águas residuais domésticas, incluindo a substituição de rede;
- Conservação e pintura exterior das EEAR, com destaque para a EEAR da Guizanderia;
- Substituição de equipamento eletromecânico na EEAR da Guizanderia;
- Instalação de equipamento de monitorização e de telealarme nas EEAR;
- Aquisição de equipamento operacional diverso (água e águas residuais).

*[Handwritten signature]*



Confirmação



## 6. Perspetivas para o Futuro

Handwritten signature in blue ink.



## 6. Perspetivas para o Futuro

A Águas de Alenquer pretende:

- Satisfazer continuamente as necessidades de abastecimento de água e drenagem de águas residuais aos Utilizadores do Sistema;
- Ser uma empresa ambientalmente responsável, contribuindo para a melhoria e preservação do meio ambiente;
- Contribuir para o desenvolvimento do Município de Alenquer, potenciando parcerias locais em situação de igualdade;
- Ser referência na relação custo/eficiência do serviço, transmitindo confiança aos seus Clientes;
- Promover uma cultura de melhoria contínua num quadro de sustentabilidade a longo prazo, suportada numa gestão eficiente dos recursos e numa adequada estrutura organizativa onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar;
- Apostar na formação dos recursos humanos;
- Criar competências que nos distingam na gestão dos nossos clientes, melhorando a imagem da empresa perante a sociedade.

Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afetar significativamente a situação da Águas de Alenquer, referenciamos:

- Evolução do sistema de faturação da atividade de saneamento e a evolução tarifárias dos sistemas multimunicipais;
- Evolução das taxas de juro e variação dos preços de energia e combustíveis;
- A dificuldade de renovação dos quadros;
- Evolução de consumos enquadrados na evolução da conjuntura económico-financeira mundial, nacional e local;
- Procura de origens alternativas pelos grandes clientes;
- Evolução das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água após a alteração da origem de água;
- Efeito das aflúncias indevidas no sistema de drenagem de águas residuais;
- Degradação da situação económico-financeira da Concessão em resultado do atraso na conclusão do processo de reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão apresentado ao Município de Alenquer em fevereiro de 2016;
- Alterações climáticas que potenciam a escassez e a sazonalidade dos recursos hídricos;
- Impacto social e financeiro do surto epidémico pelo novo coronavírus (COVID-19).

Handwritten signature in blue ink.



Conf. 9



7. Considerações Finais  
8. Outras Informações  
9. Proposta de Aplicação de Resultados

*[Handwritten signature]*

## 7. Considerações Finais

O Conselho de Administração quer reafirmar o seu profundo reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que de uma forma direta ou indireta colaboraram na prossecução dos objetivos da Empresa, nomeadamente:

- A todos os colaboradores da empresa e dos seus acionistas, pela competência e dedicação demonstradas num ano particularmente difícil;
- À Câmara Municipal de Alenquer, cuja colaboração permanente tem promovido a melhoria contínua do serviço prestado;
- Aos seus Acionistas, pelas orientações recebidas e pelo importante acompanhamento e confiança;
- Aos nossos clientes a quem procuramos prestar sempre um melhor serviço;
- Ao Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único pelo espírito interessado e positivamente crítico, no seguimento da atividade de empresa;
- Ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e restantes membros da Mesa, pela colaboração sempre dispensada;
- Aos fornecedores, pela colaboração na prossecução dos objetivos da Empresa.

## 8. Outras Informações

- Nas últimas semanas tem vindo a ser reportado, a nível nacional um crescente número de casos de infeção da população com o vírus Covid-19, tendo o governo e restantes agentes económicos implementado um conjunto de iniciativas com impacto na atividade económica das empresas. Apesar de ainda não se terem verificado impactos materiais na sua atividade, o Conselho de Administração da Águas de Alenquer está a monitorizar a evolução da pandemia do Covid-19 e está a acompanhar a posição das autoridades relevantes. Nesta fase, não é possível quantificar a magnitude dos impactos se o nível de risco piorar, no entanto, estamos a implementar todas as medidas que se afigurem necessárias para minimizar o impacto do vírus Covid-19 na Empresa;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus administradores no exercício de 2019;
- A sociedade não tem sucursais.

## 9. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que do Resultado Líquido do exercício de 2019, positivo no valor de 977.208 Euros, sejam transferidos 5% para Reservas Legais, 48.860 Euros, e o remanescente para a conta de Resultados Transitados.

*[Handwritten signature]*



Conf. 9



## 10. Contas do Exercício de 2019 e respetivo Anexo

Handwritten signature in blue ink.



## 10. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2019 e Respetivo Anexo


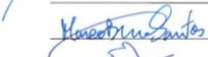


### 10.1 Balanço

Entidade: AdA - Águas de Alenquer, S.A.

Balanço em 31 de Dezembro de 2019

Euro

RUBRICAS	Notas	31.12.2019	31.12.2018
<b>ATIVO</b>			
<b>Não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	8	360 211	344 057
Ativos intangíveis	7	14 454 831	15 156 861
Outros Investimentos Financeiros		1 376	638
Ativos por impostos diferidos	14	129 101	64 619
<b>Total de Ativos não Correntes</b>		<b>14 945 520</b>	<b>15 566 175</b>
<b>Corrente</b>			
Inventários	9	90 871	109 406
Clientes	15	2 534 286	2 488 168
Estado e outros entes públicos	17	129 078	88 521
Outros créditos a receber	15	1 418 694	1 408 230
Diferimentos	17	3 388	3 370
Caixa e depósitos bancários	4	3 037 048	2 005 125
<b>Total de Ativos Correntes</b>		<b>7 213 365</b>	<b>6 102 819</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>22 158 886</b>	<b>21 668 994</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital subscrito	3	1 500 000	1 500 000
Outros instrumentos de capital próprio	3	3 948 558	3 948 558
Reservas legais	3	229 133	182 774
Resultados transitados	3	3 128 761	2 252 700
Ajustamentos/Outras variações capital próprio	3	10 450	11 208
Resultado líquido do período		977 208	927 185
<b>Capital próprio atribuível ao grupo</b>		<b>9 794 111</b>	<b>8 822 425</b>
<b>Total do Capital próprio</b>		<b>9 794 111</b>	<b>8 822 425</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Não corrente</b>			
Provisões	12	2 868 425	2 813 283
Financiamento Obtidos	15	256 857	251 321
Outras dívidas a pagar	15	204 026	221 526
<b>Total do Passivo não Corrente</b>		<b>3 329 308</b>	<b>3 286 131</b>
<b>Corrente</b>			
Financiamento Obtidos	15	0	0
Fornecedores	15	8 160 655	8 772 022
Estado e outros entes públicos	17	138 900	15 136
Outras dívidas a pagar	15	735 912	773 280
<b>Total do Passivo Corrente</b>		<b>9 035 467</b>	<b>9 560 439</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>12 364 775</b>	<b>12 846 569</b>
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		<b>22 158 886</b>	<b>21 668 994</b>

  
 Acordo assinado em  
 31/12/2019  
  
  
  
 SÉRGIO M. S. MALINO  
 T. O. C. 25380  
 Contab. M.º 124 191 052

## 10.2 Demonstração dos Resultados






Entidade: AdA - Águas de Alenquer, S.A.

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

Euro

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2019	31.12.2018
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados	11	7 999 984	7 749 174
Trabalhos para a própria entidade	10	139 556	81 461
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-1 884 924	-1 880 819
Fornecimentos e serviços externos	17	-3 481 258	-3 437 680
Gastos com o pessoal	17	-752 278	-634 508
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15	-63 763	-30 956
Provisões (aumentos/reversões)	12	125 792	101 840
Outros rendimentos	17	181 881	191 729
Outros gastos	17	-32 948	-14 186
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>2 232 041</b>	<b>2 126 055</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	17	-879 293	-835 725
		0	0
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1 352 749</b>	<b>1 290 330</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	17/11	11 500	12 160
Juros e gastos similares suportados	17	-74 685	-86 505
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1 289 564</b>	<b>1 215 984</b>
Imposto sobre o rendimento do período	14	-312 355	-288 799
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>977 208</b>	<b>927 185</b>
<b>Resultado por Ação Básico</b>		<b>3,28</b>	<b>3,09</b>

  
 Paulo  
  
 Vincente  
  
 Jorginho  
  
 Lusélio  
  
 JORGIO M. S. MALHEIRO  
 T. O. C. 25360  
 Contrib. N.º 124 191 052

### 10.3 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Entidade: AdA - Águas de Alenquer, S.A.


Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2019	31.12.2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		9 960 389	9 961 175
Pagamentos a fornecedores		-6 534 145	-6 485 053
Pagamentos ao pessoal		-331 555	-335 239
Caixa gerada pelas operações		3 094 689	3 140 883
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-292 117	-557 228
Outros recebimentos/pagamentos		-1 712 977	-1 944 768
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1 089 594	638 886
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-57 671	-37 352
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-57 671	-37 352
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		0	-1 230 000
Juros e gastos similares		0	-10 288
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0	-1 240 288
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>1 031 923</b>	<b>-638 754</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>2 005 125</b>	<b>0</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	<b>3 037 048</b>	<b>-638 754</b>



SÉRGIO M. S. MALINO  
T. O. C. 26380  
Contabil. N.º 124 191 052



António Augusto Santos

## 10.4 Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio

Entidade: AdA - Águas de Alenquer, S.A.

Demonstração das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2019

Euro

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total do Capital Próprio	
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período		Total
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019</b>	1 500 000	3 959 766	182 773		0	2 252 701	927 185	8 822 425	8 822 425
<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>									
Constituição da Reserva legal							0	0	0
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados			46 359		0	880 826	-927 185	0	0
			46 359		0	880 826	-927 185	0	0
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico (SNC)									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-757			-4 765	-4 765		-5 523	-5 523
		-757			-4 765	-4 765		-5 523	-5 523
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>							977 208	977 208	977 208
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>							977 208	977 208	977 208
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>									
Realizações de capital									
Realizações de prémios de emissão									
Distribuições									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações									
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019</b>	1 500 000	3 959 008	229 133	0	-4 765	3 128 761	977 208	9 794 111	9 794 111




23 de março de 2020

Entidade: AdA - Águas de Alenquer, SA

Demonstração das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2018

Euro

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Total do Capital Próprio
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período	Total	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018</b>	1 500 000	3 960 523	125 265		0	1 160 050	1 150 158	7 895 997	7 895 997
<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>									
Constituição da Reserva legal							0	0	0
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados			57 508			1 092 651	-1 150 158	0	0
			57 508		0	1 092 651	-1 150 158	0	0
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (SNC)									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-757					-757	-757
			-757					-757	-757
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>							927 185	927 185	927 185
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>							927 185	927 185	927 185
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>									
Realizações de capital									
Realizações de prémios de emissão									
Distribuições									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações									
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018</b>	1 500 000	3 959 766	182 773	0	0	2 252 701	927 185	8 822 425	8 822 425

*AdA*  
*AdA*  
*AdA*

*Sergio*  
 SÉRGIO M. S. MALINO  
 T. O. C. 26385  
 Contrib. N.º 124 891 952

23 de março de 2020







## Período findo em 31 de dezembro de 2019

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em referência ao exercício de 2019.

As demonstrações financeiras, bem como os valores constantes neste anexo encontram-se expressos em euros, utilizando o método comum e arredondamento, até 0,50 euros arredondado para baixo, e acima de 0,50 euros inclusive arredondado para cima.

### Índice do Anexo:

1. Identificação da entidade
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas
4. Fluxos de caixa
5. Políticas contabilísticas, alterações das estimativas contabilísticas e erros
6. Partes relacionadas
7. Ativos intangíveis
8. Ativos fixos tangíveis
9. Inventários
10. Contratos de construção
11. Rédito
12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
13. Acontecimentos após a data de balanço
14. Imposto sobre o rendimento
15. Instrumentos financeiros
16. Divulgações exigidas por diplomas legais
17. Outras informações

## **I. Identificação da entidade**

### ***I.1 Designação da sociedade***

A AdA – Águas de Alenquer, S.A. (Águas de Alenquer) é uma sociedade anónima constituída em 07 de outubro de 2003, cujo objeto social consiste na Exploração e Gestão dos serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água, e recolha, tratamento e rejeição de efluentes na área do Município de Alenquer, bem como a realização de Obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da Concessionária.

Para o cumprimento do seu objeto social, a Águas de Alenquer celebrou um Contrato de Concessão por um período de 30 anos com a Câmara Municipal de Alenquer a 17 de novembro de 2003.

No dia 2 de janeiro de 2004 foi celebrado o Auto de Consignação das infraestruturas, tendo-se iniciado o Funcionamento da Concessão pelo período de 30 anos.

A 12 de março de 2008 foi celebrado o Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão, tendo como razão principal o aumento dos custos associados à Águas do Oeste, não contemplados no Contrato de Concessão, e a revisão do Plano de Investimentos.

No dia 24 de julho de 2009 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, ao abrigo do disposto na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão. Nesse âmbito, durante o ano de 2010 decorreram as negociações da revisão do Contrato de Concessão, tendo sido estabilizada entre as partes uma minuta de aditamento apresentada à Entidade Reguladora em janeiro de 2011. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão foi assinado a 16 de novembro de 2011, concluído o processo de aprovação nos órgãos municipais competentes. Este aditamento assegura a necessária adaptação à nova legislação do setor e imprime uma maior proximidade e compromisso junto dos utilizadores, através da fixação de níveis de serviços e adequação da estrutura tarifária, com a inclusão de um tarifário social e de um tarifário para famílias numerosas.

A resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água não está contemplada neste aditamento, continuando o Município a liderar este processo junto das diferentes entidades envolvidas.

Existe um conjunto de bens da concedente que estão a ser utilizados pela Concessionária, que serão restituídos no final da concessão. Os bens consignados em janeiro de 2004 ascendem 13.329.872 euros. Em novembro de 2010 foi realizada uma nova consignação referente a obras e aquisição de terrenos, realizada pelo Município após janeiro 2004 no valor 3.917.139 euros.

No dia 30 de novembro de 2015, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo e a Águas de Alenquer celebraram um Acordo com o objetivo de encerrar os processos judiciais existentes e estabelecer um plano de pagamentos para liquidação da totalidade da dívida vencida à data da sua celebração, incluindo o pagamento dos juros de mora vencidos. Com este Acordo as Partes comprometem-se a promover a extinção da instância em todos os processos judiciais pendentes entre as Partes e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo confirma a execução do abastecimento de água ao ponto de entrega em Alenquer III (reservatório de Vila Alta – Alenquer) a partir de uma nova origem, o Adutor Torres Vedras / Mafra,

anulando assim a atual origem de água junto ao Rio Alenquer associada aos problemas de incrustações de calcário verificados na rede de abastecimento de água (Zona I).

Todos os valores associados a esta transação, incluindo juros de mora e custas judiciais, encontram-se registados e condicionaram o resultado do ano de 2015.

### **1.2 Sede da empresa**

A empresa tem a sua sede na Rua do Convento de São Julião n.º 95, Carapinha, 2580-377 Alenquer.

### **1.3 Natureza da atividade**

A montante e a jusante da atividade da Águas de Alenquer, encontra-se o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro. A Águas do Oeste, S.A. é a empresa concessionária do Sistema Multimunicipal por um período de 30 anos.

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste configura-se como um sistema “em alta” que assegura o abastecimento de água aos municípios (sistema “em baixa”). O sistema municipal está consignado à Águas de Alenquer, entidade responsável pela distribuição de água a partir dos reservatórios municipais e a recolha das águas residuais domésticas provenientes das redes domiciliária de águas residuais no Município de Alenquer.

Nesse âmbito é garantido pela Águas do Vale do Tejo o fornecimento de água “em alta” e a recolha e tratamento dos efluentes gerados pela Águas do Tejo-Atlântico, através do Contrato de Fornecimento e do Contrato de Recolha, respetivamente, celebrados entre a extinta Águas do Oeste e o Município de Alenquer. A totalidade dos efluentes recolhidos é entregue ao Sistema Multimunicipal, que garante o fornecimento de cerca de 97% da água entrada no sistema. O remanescente é proveniente de captações municipais em exploração pela Águas de Alenquer.

A Águas de Alenquer efetua a cobrança da sua atividade através do Tarifário aprovado anualmente pela Câmara Municipal de Alenquer, que compreende para a atividade de abastecimento de água e de saneamento a aplicação de um tarifário específico, com uma componente fixa e uma componente variável indexada ao consumo de água. Para além dos tarifários associados ao serviço de abastecimento de água e saneamento, são aplicadas tarifas associadas aos serviços auxiliares prestados ao Utilizador.

Adicionalmente, a empresa obtém rendimentos residuais resultantes do fornecimento de energia à rede de distribuição.

### **1.4 Designação da empresa-mãe**

A 31 de dezembro de 2019, as pessoas coletivas que integram o capital social subscrito da empresa são:

- AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. (39,9997%), com sede em Paço de Arcos, Oeiras;
- Aquapor – Serviços, S.A. (39,9997%), com sede em Lisboa;
- Pragosa Ambiente S.A. (20,0%), com sede em Ferraria, Porto de Mós;
- Water Value - Serviços Ambientais, S.A. (0,0003%).

- Luságua – Gestão de Águas, S.A. (0,0003%).

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1 Sistema de Normalização Contabilística

A empresa faz relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF), aplicando supletivamente a IFRIC 12, e a SIC 29.

### 2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

### 2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

### 2.4 Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n° 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n° 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016. Da aplicação dessas normas e interpretações, não existem impactos relevantes para as demonstrações financeiras da empresa.

## 3. Principais políticas contabilísticas

### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes no Decreto-lei 98/2015 de 2 de junho e na portaria 220/2015 de 24 de julho.
- As NCRF em vigor na presente data;
- Supletivamente A IFRIC 12 e a SIC 29.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, e aplicando supletivamente a IFRIC 12 e a SIC 29, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

**a) Ativos Fixos Tangíveis**

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens de sua propriedade utilizados no exercício da sua atividade, e que não integram o direito à concessão, Instalações Físicas, Microgeração de Energia, Ferramentas, Equipamento de Transporte, Equipamento Administrativo e Outros. A empresa adotou o custo na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados linearmente pelo método duodecimal, utilizando o critério da vida útil dos bens.

A vida útil destes ativos varia de acordo com a seguinte tabela:

<u>Anos de vida útil</u>	<u>2019_2018</u>
Edifícios e Outras Construções	8-20
Equipamento Básico	8
Equipamento Transporte	4-6
Ferramentas	4-10
Equipamento Administrativo	3-10
Micro Geração Energia	4
Outros	8

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os bens estão reconhecidos ao custo líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Quando existem indícios de que os bens podem estar em imparidade, os mesmos são sujeitos a testes de imparidade, sendo essa mesma imparidade, quando existente, registada em resultados do exercício.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

**b) Ativos Intangíveis**

A empresa dispõe, inicialmente, de um conjunto de bens imóveis que integram o sistema de Abastecimento de Água e de Saneamento. Estes, conjuntamente com o direito de cobrança aos utentes que provém da prestação de serviços de construção de infraestruturas, constituem o Direito da Concessão da empresa, que se encontra reconhecido tendo como base a IFRIC 12, e de acordo com a percentagem de acabamento.

Os ativos são registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.



As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das unidades de produção, ou seja, os caudais de água e saneamento faturados constituem a base para o cálculo das amortizações. O caudal anual corresponde ao volume de água e saneamento faturados no ano face ao volume total por faturar até final da concessão.

O gasto com as amortizações do ativo intangível é reconhecido na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

As taxas de depreciação utilizadas para os bens afetos à água e saneamento, respetivamente, foram as seguintes:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Água	5,02%	4,64%	4,53%
Saneamento	5,36%	4,82%	4,61%

### c) **Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período**

#### c.1) **Ativos e Passivos por Impostos Diferidos**

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

#### c.2) **Imposto sobre o Rendimento**

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

A empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável.

Os prejuízos fiscais até 2009 são reportáveis durante um período de seis anos, entre 2010 e 2011 por um período de quatro anos, e a partir de 2012 por um período de cinco anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Adicionalmente, a partir de 1 de janeiro de 2012, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2012, será limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, em situação lucro fiscal, e de seis anos em situação de prejuízo (cinco para a segurança social).

O Conselho de Administração da Águas de Alenquer, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2019.

#### **d) Inventários**

As matérias subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é geralmente inferior ao respetivo valor de mercado, se o custo de aquisição for superior ao respetivo valor de mercado será considerado uma imparidade pela diferença. Como método de custeio das saídas adotou-se o custo médio ponderado.

Relativamente à compra de água à Águas do Vale do Tejo, os volumes aduzidos ao sistema são valorizados a preço de custo, conforme tarifário aprovado para o Sistema Multimunicipal por despacho de Sua Excelência o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. Os encargos associados à exploração das captações de água municipais em exploração pela Águas de Alenquer encontram-se valorizados e refletidos nos custos de exploração.

#### **e) Clientes**

As contas a receber de Clientes são mensuradas ao custo líquido de imparidades.

A imparidade é determinada com base em critérios económicos relativamente aos ativos de contratos rescindidos, em relação aos contratos ativos é utilizado o critério económico e da mora.

#### **f) Estado e Outros Entes Públicos**

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

#### **g) Outros Créditos a Receber**

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem essencialmente a valores a faturar a terceiros por gastos suportados devido a incrustação de calcário na rede.

Os saldos constantes nesta rubrica encontram-se valorizados ao custo.

#### **h) Caixa e Bancos**

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;

#### **i) Diferimentos Ativos e Passivos**

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

#### **j) Rubricas dos Capitais Próprios**

##### ***j.1) Capital Subscrito***

O capital social encontra-se totalmente subscrito à data das demonstrações financeiras.

##### ***j.2) Outros Instrumentos de Capital Próprio***

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do Capital Próprio não ficar inferior à soma do Capital e da Reserva Legal (art.º 213 do CSC).

##### ***j3) Reservas Legais***

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

#### **k) Locações**

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. A classificação em locação financeira depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício.

Os contratos de locação são classificados como locações operacionais se através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. A classificação em locação operacional depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício.

#### **l) Financiamentos Obtidos**

Os financiamentos obtidos estão valorizados ao custo.



São também reconhecidos nesta rubrica os valores respeitantes a juros de suprimentos devidos aos Acionistas e não liquidados.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade

#### **m) Outras Dívidas a Pagar**

A conta da Câmara Municipal de Alenquer respeitante à retribuição a pagar à concedente referente a rendas futuras encontra-se registada ao custo, atualizado de acordo com o do fator de revisão previsto no Contrato de Concessão.

As restantes contas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

#### **n) Fornecedores**

As contas a pagar são reconhecidas ao custo.

#### **o) Vendas e Prestação de Serviços**

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos financeiros e de quantidades concedidos.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviços relacionadas com a tarifa volumétrica e a tarifa de disponibilidade de água, resulta do facto das leituras dos contadores instalados nos pontos de consumo não serem todas realizadas no último dia de cada mês, mas sim de dois em dois meses ao longo de todos os dias do mês. Esta estimativa é feita com base na faturação da tarifa e no acréscimo de dias que ficaram por faturar relativamente ao mês em causa.

Relativamente à tarifa volumétrica e de disponibilidade de saneamento aplica-se o mesmo critério.

O rédito da prestação de serviços relativo a ramais é reconhecido aquando da disponibilização do mesmo para exploração pelo valor constante no tarifário aprovado previamente pela Concedente para aquele exercício.

#### **p) Trabalhos para a própria Entidade**

São reconhecidos todos os gastos com a construção da infraestrutura da concessão assim como os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a construção de ativos, que levem um período significativo de tempo a ficarem preparados para o fim pretendido. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início da utilização.

A fase de acabamento dos contratos de construção é determinada pela elaboração periódica de Autos de Medição de trabalhos que servem de base à faturação apresentada.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

#### **q) Fornecimento e Serviços Externos**

São registados em FSE – Subcontratos – todos os custos debitados por terceiros referentes a elaboração dos bens reversíveis.

#### **r) Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas**

O CMVC encontra-se mensurado ao custo.

#### s) **Gastos com o Pessoal**

Os gastos com o pessoal englobam remunerações fixas ou variáveis, atribuídas ao pessoal afeto à empresa, assim como as contribuições obrigatórias, quotizações sindicais e outros gastos com o pessoal, como seguros, fardamento e formação.

Os montantes incluídos nesta rubrica encontram-se valorizados ao custo.

#### t) **Juros e Gastos similares suportados**

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros bancários;
- Juros de Suprimentos

Os gastos financeiros de financiamentos obtidos quando relacionados com a elaboração de ativos intangíveis, que constituem o direito à concessão são capitalizados, fazendo parte desse direito. A capitalização destes custos começa após o início da preparação das atividades de elaboração do ativo e é interrompida com o final da execução do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

#### u) **Provisões**

As provisões refletem as obrigações presentes da entidade, provenientes de acontecimentos passados cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Esta rubrica inclui uma provisão para investimento de substituição e uma provisão para gastos com tratamento de efluentes.

#### v) **Outros Rendimentos e Ganhos**

Os montantes incluídos nesta rubrica encontram-se valorizados ao justo valor e correspondem essencialmente rendimentos suplementares, débito de gastos com calcário e indemnização a receber pelo atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Tejo-Atlântico (sucedânea da extinta Águas do Oeste).

#### w) **Outros Gastos e Perdas**

Os outros gastos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem essencialmente impostos, donativos, indemnizações e gastos relacionados com incrustações de calcário na rede.

### 3.2 **Outras políticas contabilísticas relevantes**

Para além das políticas referidas no ponto 3.1, a empresa adota supletivamente o disposto na IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação - Acordos de Concessão de Serviços.

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

### **3.3 Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:**

#### **Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a empresa opera.

### **3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):**

Não se espera qualquer risco de provocar ajustamento material.

### **3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):**

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

### **3.6 Imparidade das contas a receber**

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

## **4. Fluxos de Caixa**

### **4.1 Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:**

Todos os saldos incluídos em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso à data das demonstrações.



#### 4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2019	2018
Caixa	12.604	9.396
Depósitos à ordem	3.024.443	1.995.729
Caixa e seus equivalentes	3.037.048	2.005.125
Caixa e Depósitos Bancários	3.037.048	2.005.125

Os montantes considerados em caixa e depósitos à ordem destinam-se a satisfazer compromissos de curto prazo.

#### 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a empresa, não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

#### 6. Partes Relacionadas

##### 6.1 Relacionamento com empresas-mãe

A 31 de Dezembro de 2019, as pessoas coletivas que detêm a maioria do capital social subscrito da empresa são:

- AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. (39,9997%)  
Sede: Quinta da Fonte – Ed. Q54 D. José – Piso 2, Paço de Arcos, Oeiras;
- Aquapor – Serviços, S.A. (39,9997%)  
Sede: Av. Marechal Gomes da Costa, 33, 1ªA, Lisboa
- Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente S.A. (20%)  
Sede: Estrada do Tojal, Km1, Ferraria, Porto de Mós

## 6.2 Remunerações da pessoal chave da gestão

A empresa suportou gastos diretamente relacionados com o pessoal da gestão no montante de 97.515 €, valor debitado pelo acionista Aquapor Serviços, SA e que se encontra refletido na rubrica de FSE – Honorários.

## 6.3 Saldos e Transações entre partes relacionadas:

### a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Partes Relacionadas	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que presta/ Transações que faz	Serviços que recebe/ Transações que recebe
AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.		Exploração Sistemas Elevatórios Financiamento Venda Bens de Investimento Equipamento Microprodução Energia
Aquapor – Serviços, S.A.		Cedência Administrador Executivo Financiamento Assistência Comercial
Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente S.A.		Controlo Custos de Obra
Luságua – Gestão de Águas, S.A.		Controlo Analítico Manutenção Equipamento
Pragosa Ambiente, S.A.		Limpeza Rede Saneamento Gestão de resíduos
Construções Pragosa, S.A.		Venda Bens de Investimento

### b) Transações e saldos pendentes:

- i) Quantia das transações:
- iii) Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes:
- iv) Gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas:

		Prestação serviços Intragrupo	Aquisição serviços Intragrupo	Out. créditos a receber	Outras dívidas a pagar
AGS	2019	-	427.204	-	1.692.800
	2018	-	390.701	-	1.518.304
Aquapor	2019	-	235.461	-	1.560.844
	2018	-	246.160	-	1.423.614
Ecobrejo	2019	-	0	-	367.200
	2019	-	30.000	-	367.200
Luságua	2019	-	46.053	-	17.074
	2018	-	34.535	-	6.695
Pragosa Ambiente	2019	-	173.178	229	65.108
	2018	-	154.038	229	35.477
Construções Pragosa	2019	49	-	2.974	-
	2018	241	-	2.987	-

## 7. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis englobam essencialmente o Direito da Concessão, que representa o direito de explorar as infraestruturas colocadas à disposição pela concedente, e de construir novas infraestruturas assim como explorá-las e cobrar aos utilizadores pelo serviço prestado.

Com a assinatura do contrato de concessão a AdA comprometeu-se a efetuar investimentos, nomeadamente em infraestruturas de água e saneamento no concelho de Alenquer. Estes investimentos no final da concessão revertem a favor da concedente sem quaisquer custos ou ônus.

Esta construção, de acordo com a IFRIC 12 e a NCRF 19 foi reconhecida:

- Em rendimentos e gastos, pelos serviços de construção e valorização; e
- Em ativos intangíveis, na parte referente aos serviços de construção acrescido dos encargos financeiros atribuíveis aos investimentos acordados capitalizados durante a fase de construção.

Adicionalmente o direito de concessão incorpora:

- (I) O justo valor dos bens colocados à disposição pela concedente, sob o valor da retribuição a pagar à concedente,
- (II) Os gastos iniciais de arranque da concessão.

Os ativos são registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.

### 7.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

**a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;**

Todos os Ativos Intangíveis têm vida finita sendo as mesmas definidas desde a sua disponibilização para exploração até ao final do contrato de Concessão. Neste caso, o prazo máximo de vida útil será 30 anos. O plano de investimentos ficou concluído em 2008, com exceção de um reservatório.

**b) Métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas**

O método de amortização do ativo intangível é conforme o descrito na nota 3.1b. O gasto com amortizações de ativos intangíveis é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização

**c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período**

Ver quadro alínea e) do presente parágrafo.

**d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída**

As amortizações dos Ativos Intangíveis estão refletidas na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada “Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização”.

**e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações**

	31.12.17	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2018	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2019
<b>Custo</b>											
Direito da Concessão	22.821.120	32.313				22.853.432	98.663				22.952.096
Logótipo	1.700					1.700					1.700
Outros Ativos Intangíveis	143.503					143.503					143.503
	22.966.323	32.313	0	0	0	22.998.636	98.663	0	0	0	23.097.299
<b>Amortizações / Imparidade</b>											
Direito da Concessão	6.936.911	759.398				7.696.309	800.692				8.497.001
Logótipo	1.700					1.700					1.700
Outros Ativos Intangíveis	143.766					143.766					143.766
	7.082.377	759.398				7.841.775	800.692				8.642.468
	15.883.946	-727.086	0	0	0	15.156.861	-800.692	0	0	0	14.454.831

A rubrica Outros ativos intangíveis engloba programas de computador e a certificação em qualidade da empresa.

## **7.2 Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras**

Ver quadro da alínea e) do ponto 7.1.

## **7.3 Existência e quantias escrituradas de ativos intangíveis cuja titularidade está restringida e as quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantia de passivos**

A infraestrutura utilizada na exploração da concessão (pela qual a empresa prestou serviços ao concedente, recebendo em troca o direito de cobrar aos utentes), será transferida no final da concessão, para o concedente a título gratuito, sem qualquer contrapartida.

## **7.4 Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis**

No processo do concurso da concessão a Empresa assumiu compromissos com um Agrupamento Complementar, subcontratando-as para os serviços relacionados com a prestação de serviços de construção de infraestruturas.

Os referidos compromissos já se encontram cumpridos.

## **8. Ativos Fixos Tangíveis**

### **8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.**

**a) Bases de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta;**

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

**b) Métodos de depreciação usados;**

Os métodos de depreciação usados encontram-se descritos na alínea a) do parágrafo 3.1.

**c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;**

As taxas de depreciação usadas encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

**d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e**

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período encontra-se apresentada no Quadro da alínea e) do presente parágrafo.

**e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.**



	31.12.2017	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2018	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2019
<b>Custo</b>											
Edifícios e Outras Construções	133.400	3.801				137.201	2.358				139.559
Equipamento Básico	874.875	63.755				938.631	72.719				1.011.350
Equipamento Transporte	98.063	8.000				106.063	6.907				112.970
Equipamento Administrativo	190.170	17.025				207.195	3.299				210.493
Outros Ativos Fixos Tangíveis	310.187	10.240				320.427	9.471				329.898
	1.606.696	102.821	0	0	0	1.709.517	94.754	0	0	0	1.804.271
<b>Amortizações / Imparidade</b>											
Edifícios e Outras Construções	126.049	746				126.796	1.032				127.828
Equipamento Básico	631.030	47.570				678.601	54.445				733.045
Equipamento Transporte	98.063	111				98.174	2.004				100.178
Equipamento Administrativo	178.715	8.812				187.526	6.717				194.243
Outros Ativos Fixos Tangíveis	255.275	19.088				274.363	14.403				288.765
	1.289.132	76.327	0	0	0	1.365.459	78.600	0	0	0	1.444.060
	317.564	26.493	0	0	0	344.057	16.154	0	0	0	360.211

## 8.2 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

Esta depreciação não foi incluída como parte do custo de outros ativos tendo sido integralmente reconhecida em resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

## 8.3 Depreciação acumulada no final do período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

## 9. Inventários

### 9.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e respetivas fórmulas de custeio usadas encontram-se descritas na alínea d) do parágrafo 3.1.

### 9.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia total escriturada de inventários encontra-se no quadro seguinte:

<b>Inventários</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Matérias Subsidiárias e de Consumo		
Contadores	20.822	29.575
Material Hidráulico Diverso	70.049	79.831
	<u>90.871</u>	<u>109.406</u>

No que se refere ao inventário de água, não se considera qualquer valor porquanto, quando foi iniciada a concessão, os reservatórios continham água que não foi objeto de faturação por parte da CMA, tendo sido assumido que no final da concessão a água que existir nos reservatórios também não será objeto de faturação à CMA. Assim, e porque o inventário existente a 31 de dezembro de cada ano não será substancialmente diferente daquele que existia no início da concessão, não se procede à contagem da água existente. O valor relativo à compra de água reflete-se como gasto do período.

### 9.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

<b>Inventários</b>	Matérias-primas	Mat. Sub. e de Consumo	Total
Existências em 01-01-2018	0	-106.353	-106.353
Compras	1.766.144	-117.728	-1.883.872
Regularização Existências	0	0	0
Existências em 31-12-2018	0	109.406	109.406
	<u>-1.766.144</u>	<u>-114.674</u>	<u>-1.880.819</u>
Existências em 01-01-2019	0	-109.406	-109.406
Compras	-1.788.052	-78.337	-1.866.389
Regularização Existências	0	0	0
Existências em 31-12-2019	0	90.871	90.871
	<u>-1.788.052</u>	<u>-96.872</u>	<u>-1.884.924</u>

## 10. Contratos de construção

A Empresa subcontrata a prestação de serviços de construção de infraestruturas reconhecendo nas suas demonstrações o gasto e o rédito aquando o débito por parte dos terceiros.

### 10.1 Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

As quantias registadas no período foram as seguintes:

<b>Trabalhos para própria entidade</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Direito de Concessão (Rede água e saneamento)	98.663	32.313
Montagem de contadores na rede – Realizados internamente	40.893	49.148
	<u>139.556</u>	<u>81.461</u>

### **10.2 Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período**

O reconhecimento do rédito é feito ao justo valor com base na percentagem de acabamento.

### **10.3 Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso**

A fase de acabamento dos contratos em curso, mede-se pelo seu reconhecimento em prestações de serviços por contrapartida de ativos intangíveis.

## **11. Rédito**

### **11.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços**

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços encontram-se descritos na alínea o) do parágrafo 3.1.

### **11.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:**

#### **a) Venda e Prestação de Serviços**

As vendas e prestações de serviços registadas no exercício dividem-se da seguinte forma:

<b>Vendas e Prestação de Serviços</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Venda de Água	2.965.969	2.930.538
Prestação de Serviços – Água	1.698.086	1.685.312
Prestação de Serviços – Saneamento	3.268.161	3.111.401
Prestação de Serviços – Ramais	67.768	21.923
	<u>7.999.984</u>	<u>7.749.174</u>

A prestação de serviços de água engloba uma tarifa fixa; uma tarifa de disponibilidade em função do tipo de cliente e calibre do contador instalado; uma tarifa de ligação à rede, e uma tarifa de construção de ramais de água para clientes não-domésticos.

A prestação de serviços de saneamento engloba uma tarifa de disponibilidade, assim como as tarifas volumétricas de saneamento, limpeza e desobstrução de fossas, e tarifas de ligação e desobstrução de ramais de saneamento.

## b) Juros

A Empresa auferre juros dos clientes por atraso de pagamento das faturas, conforme mencionado na nota 15.5.

<u>Rédito de Juros</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Juros de mora	11.500	12.160

## 12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

### 12.1 Provisões

Foi constituída em 2011, uma provisão para Investimento de Substituição Futuro no montante de 3.338.869 euros, de acordo com o plano de investimentos. Em 2012 verificou-se uma reversão dessa mesma provisão no montante de 74.927, de 60.699 em 2013, de 47.412 em 2014 de 111.397 em 2015, de 184.791 em 2016 de 146.442 em 2017, de 101.840 em 2018 e de 125.792 em 2019. Em 2018 foi constituída uma provisão para gastos com tratamento de efluentes, no montante de 201.924 euros, em 2019 verificou se um reforço de 94.045. Em 2019 foi ainda constituída uma provisão para indemnização de funcionários no final do contrato da concessão, no montante de 86.889.

	<u>Provisões</u>
Saldo em 01.01.2018	2.713.199
Utilizações	-101.840
Constituição	201.924
Saldo em 31.12.2018	<u>2.813.283</u>
Utilizações	-125.792
Constituição	180.934
Saldo em 31.12.2019	<u>2.868.425</u>

## 13. Acontecimentos após a data do balanço

### 13.1 Autorização para emissão

#### a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão foi 23 de março de 2020.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Empresa.

**b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.**

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios.

**13.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço**

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Após a data do balanço não foram recebidas informações acerca das condições que existiam à data do balanço que originassem atualizações, quer das demonstrações financeiras quer das divulgações.

**13.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos**

Para cada categoria material de tais acontecimentos:

- a) Natureza do acontecimento;
- b) Estimativa do efeito financeiro (ou declaração de que tal estimativa não pode ser feita).

Nas últimas semanas tem vindo a ser reportado, a nível nacional um crescente número de casos de infeção da população com o vírus Covid-19, tendo o governo e restantes agentes económicos implementado um conjunto de iniciativas com impacto na atividade económica das empresas. Apesar de ainda não se terem verificado impactos materiais na sua atividade, o Conselho de Administração da Águas de Alenquer está a monitorizar a evolução da pandemia do Covid-19 e está a acompanhar a posição das autoridades relevantes. Nesta fase, não é possível quantificar a magnitude dos impactos se o nível de risco piorar, no entanto, estamos a implementar todas as medidas que se afigurem necessárias para minimizar o impacto do vírus Covid-19 na Empresa.

**14. Imposto sobre o rendimento**

**14.1 Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos**

**a) O Gasto (rendimento) por impostos correntes**

Imposto	2019	2018
Imposto Corrente		
IRC do ano	354.598	314.508
	<u>354.598</u>	<u>314.508</u>
Imposto Diferido		
Reforço por diferenças temporárias	42.243	25.709
	<u>42.243</u>	<u>25.709</u>

**b) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias**

Ver quadro na alínea a) deste ponto.

**14.2 Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):**

- a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa (s) de imposto aplicável (eis) e indicação da base pela qual a taxa (s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s); ou
- b) Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes de impostos	1.289.564	1.215.984		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,5%	22,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	290.152	273.596	22,5%	22,5%
<b>Proveitos não tributáveis</b>				
Reversão de perdas por imparidade tributadas	0	4.836		
Reversão de provisões tributadas	125.792	101.840		
	125.792	106.676		
<b>Custos não dedutíveis para efeitos fiscais</b>				
Multas, coimas, juros compensatórios	1.275	769		
Provisões e perdas por imparidade	306.428	216.103		
Ajustamentos decorrentes aplicação justo valor	40.326	36.354		
Insuficiência de Estimativa	878	878		
Perdas por imparidade Tributadas	9.316	0		
Outros	24.567	4.094		
	381.912	258.198		
Lucro tributável	1.545.683	1.367.506		
Prejuízo Fiscal	0	0		
Prejuízo Fiscal N-I	0	0		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal (s/ derrama)	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	324.594	287.176	0	0
Tributação autónoma	6.819	6.819	0	0
Derrama	23.185	20.513	0	0
Imposto sobre o rendimento	354.598	314.508	0	0

**14.3 Por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados:**

**a) Quantia de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no Balanço para cada período apresentado:**

	Contas de Balanço		Contas DR	
	2019	2018	2019	2018
<b>Impostos Diferidos Ativos</b>				
Diferenças Temporais				
Provisão Investimento Substituição Futuro	42.970	43.036	-66	4.126
Provisão gastos com Tratamento Efluentes	66.582	21.583	22759	21.583
Provisão gastos com Indemnizações ao Pessoal	19.550	0	19.550	0
	<u>129.102</u>	<u>64.619</u>	<u>42.243</u>	<u>25.709</u>
			<u>42.243</u>	<u>25.709</u>

**b) Quantia de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração dos resultados (se tal não for evidente das alterações das quantias reconhecidas no balanço)**

Ver quadro na alínea a) deste ponto

**14.4 Natureza das potenciais consequências do imposto sobre rendimento que resultariam do pagamento de dividendos aos acionistas**

O pagamento de dividendos aos acionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, nem a nível de taxas aplicáveis nem a nível de reembolsos de impostos já pagos.

**14.5 Quantias das potenciais consequências do imposto sobre rendimento praticamente determináveis e existência ou não de quaisquer potenciais consequências no imposto de rendimento não praticamente determináveis**

Dado que, o pagamento de dividendos aos acionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, não há lugar à divulgação de quaisquer quantias (determináveis, ou não, em termos práticos) relativas às potenciais consequências no imposto sobre o rendimento relacionado.

## 15. Instrumentos financeiros

### 15.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

As bases de mensuração e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se descritas nas seguintes alíneas do parágrafo 3.1:

- ✓ Alínea e) – Clientes
- ✓ Alínea g) – Outros Créditos a Receber
- ✓ Alínea h) – Caixa e Bancos
- ✓ Alínea k) – Locações
- ✓ Alínea l) – Financiamentos Obtidos
- ✓ Alínea m) – Outras Dívidas a Pagar
- ✓ Alínea n) – Fornecedores

### 15.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

#### a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade são os indicados no quadro seguinte:

<b>Ativos Financeiros</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Clientes	2.534.286	2.488.168
Outros Créditos a receber	1.418.694	1.408.230
Caixa e depósitos bancários	3.037.048	2.005.125

Os Clientes decompõem-se da seguinte forma:

<b>Clientes</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Clientes gerais	2.609.575	2.548.760
Trabalhos efetuados não faturados	436.227	428.833
Perdas imparidade acumuladas	-511.516	-489.425
	<u>2.534.286</u>	<u>2.488.168</u>



O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	<b>Imparidade</b>
Saldo em 01.01.2018	-604.307
Reforço do ano	-44.476
Utilizações	147.716
Reversões	11.642
Saldo em 31.12.2018	-489.425
Reforço do ano	-73.874
Utilizações	43.865
Reversões	7.919
Saldo em 31.12.2019	-511.516

Os Outros Créditos a Receber decompõem-se da seguinte forma:

<b>Ativos Financeiros</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Outros Créditos a receber		
Gastos com calcário	934.300	903.081
Indemnização a receber	383.550	383.550
Outros	100.844	121.599
	<u>1.418.694</u>	<u>1.408.230</u>

O montante incluído nesta rubrica refere-se essencialmente a gastos suportados como resultado das incrustações de calcário existentes na rede, assim como gastos suportados com a construção de condutas, cuja responsabilidade é de terceiros.

### Passivos financeiros mensurados ao custo

<b>Passivos Financeiros</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Passivos Não Correntes</b>		
Financiamento Obtidos	256.857	251.321
Outras dívidas a pagar		
Retribuição à Concedente	204.026	221.526
<b>Passivos Correntes</b>		
Fornecedores	8.160.655	8.772.022
Outras dívidas a pagar	735.912	773.280
Fornecedores de investimento	27.851	31.456
Retribuição à concedente	17.500	17.500
Credores por acréscimo gastos	356.629	345.885
C.M.A._RSU	315.484	356.898
Diversos	18.447	21.541

Os financiamentos obtidos não correntes englobam financiamentos de acionistas.

Em novembro de 2018 ano, a empresa liquidou a última prestação do financiamento bancário, pelo que, no final do ano, não existe qualquer financiamento junto de instituições financeiras.

Na rubrica Credores por acréscimo de gastos, estão incluídos 275.000. euros de encargos com custas judiciais a suportar, pelo processo judicial com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

Na rubrica diversos, estão incluídos 11.118 euros de taxa de gestão de resíduos.

**b) Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou ao custo amortizado e ii) a imparidade acumulada**

Os Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade são as constantes no quadro da alínea b) deste ponto.

**15.3 Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço**

Não ocorreram situações de incumprimento para os empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço.

**15.4 Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo além dos referidos no parágrafo anterior (divulgar a informação exigida no parágrafo anterior, se tais incumprimentos permitem ao credor exigir pagamento acelerado, a menos que os incumprimentos tenham sido sanados, ou os termos do compromisso renegociados, até à data do balanço)**

Não ocorreram situações de incumprimento que permitissem aos credores exigir pagamento acelerado.

**15.5 Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas**

<u>Ganhos e perdas de financiamento</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Ganhos</b>		
Juros de mora	11.500	12.160
	<u>11.500</u>	<u>12.160</u>
<b>Perdas</b>		
Juros de financiamento obtidos	0	-8.372
Juros de mora	-995	-28.102
Outros	-73.690	-50.031
	<u>-74.685</u>	<u>-86.505</u>
	<u>-63.185</u>	<u>-74.345</u>

### **15.6 Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros**

A quantia de perda por imparidade reconhecida por cada classe de ativo financeiro encontra-se espelhada no quadro da alínea a) do ponto 15.2.

### **Instrumentos de capital próprio:**

### **15.7 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização**

O Capital Social Nominal da empresa ascende a 1.500.000€ e encontra-se totalmente realizado.

### **15.8 Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal**

O Capital Social da Empresa é constituído por 300.000 ações nominativas com valor nominal de 5€ cada.

### **15.9 Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período.**

Não existem ações em circulação nem ações próprias.

### **15.10 Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão**

Não foram efetuados aumentos de capital no período.

### **15.11 Indicação das quantias de outros instrumentos de capital próprio.**

Os outros instrumentos de capital próprio ascendem a 3.948.558 euros e correspondem prestações acessórias efetuadas pelos acionistas.

## **16. Divulgações exigidas por diplomas legais**

### **16.1 Divulgação exigida pelo n.º 2 do art.º 66 – A do CSC**

Honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários totais faturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais faturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais faturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

	2019	2018
Honorários pela Revisão Legal Contas	7.700	7.700

## 17. Outras informações

### 17.1 Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

<u>Estado e Outros entes Públicos</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Saldos a receber</b>		
Imposto sobre o Rendimento	0	7.707
Imposto sobre Valor Acrescentado	129.078	71.703
Taxa recursos Hídricos	0	9.111
	<u>129.078</u>	<u>88.521</u>
<b>Saldos a pagar</b>		
Imposto sobre o Rendimento	-81.778	0
Retenção Imposto sobre Rendimento	-23.201	-4.693
Segurança Social	-10.025	-9.525
Tributos Autarquias Locais	-902	-918
Taxa recursos Hídricos	-22.994	0
	<u>-138.900</u>	<u>-15.136</u>

A taxa de recursos hídricos, visa compensar o benefício que resulta da utilização privativa do domínio público hídrico, o custo ambiental inerente às atividades suscetíveis de causar um impacto significativo nos recursos hídricos, bem como os custos administrativos inerentes ao planeamento, gestão, fiscalização e garantia da quantidade e qualidade das águas.

A taxa de recursos hídricos é cobrada aos clientes e entregue à empresa fornecedora de água e saneamento, Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e à ARH Tejo na componente referente às captações próprias.

### 17.2 Diferimentos

A rubrica de gastos a reconhecer discrimina-se da seguinte forma:

<u>Diferimentos</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendas	3.388	3.370
Comissões	0	0
	<u>3.388</u>	<u>3.370</u>

### 17.3 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

<b>Fornecimento e Serviços Externos</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Subcontratos	-2.055.911	-1.949.273
Manutenção Rede Água	-40.422	-48.497
Manutenção Rede Saneamento	-450	-1.771
Tratamento Efluentes	-1.321.472	-1.292.728
Outros	-693.567	-606.277
Serviços Especializados	-967.255	-1.047.226
Trabalhos Especializados	-802.331	-825.258
Publicidade e Propaganda	-1.300	-1.981
Vigilância e Segurança	-3.343	-2.077
Honorários	-97.515	-97.590
Conservação e Reparação	-23.696	-44.894
Serviços Bancários	-26.397	-55.311
Outros Serviços	-12.671	-20.115
Materiais	-15.325	-9.250
Energia e Fluidos	-244.063	-232.356
Deslocações Estadas e Transporte	-18.727	-10.665
Serviços Diversos	-179.978	-188.911
Rendas e Alugueres	-102.117	-108.387
Comunicação	-27.309	-27.008
Seguros	-38.852	-42.854
Contencioso e Notariado	-377	-462
Despesas de Representação	-2.039	-1.545
Limpeza Higiene e Conforto	-9.285	-8.655
	<b>-3.481.258</b>	<b>-3.437.680</b>

A rubrica de trabalhos especializados engloba: gastos com assistência técnica, contabilidade, revisão oficial de contas, gastos de faturação e cobrança, serviços de advocacia e serviços de assessoria especializada.

#### 17.4 Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Rendimentos Suplementares	<b>149.905</b>	<b>161.608</b>
Fornecimento de Energia	4.088	5.940
Diversos	145.817	155.668
Outros	<b>31.976</b>	<b>30.121</b>
Débito de Gastos com Calcário	31.219	29.234
Diversos	757	887
	<b>181.881</b>	<b>191.729</b>

Em resultado das incrustações de calcário existentes na rede, a empresa incorre anualmente em diversos gastos operacionais e de substituição não previstos. Por resultarem de danos na infraestrutura anteriores à Concessão, o montante igual aos gastos suportados no ano têm sido considerado como

outros rendimentos e ganhos, como responsabilidade a imputar a outros terceiros. Este montante encontra-se registado em outros acréscimos de rendimentos.

### 17.5 Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

<b>Outros Gastos e Perdas</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Impostos	-120	-467
Outros	-32.827	-13.719
Quotizações	-576	-576
Multas e Penalidades	-1.254	-725
Indemnizações por sinistro	-6.422	-7.446
Insuficiência Estimativa	0	-878
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	-8	-4.094
Diversos	-24.567	0
	<u>-32.948</u>	<u>-14.186</u>

### 17.6 Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

<b>Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Ativos Tangíveis	-78.600	-76.327
Ativos Intangíveis	-800.693	-759.398
	<u>-879.293</u>	<u>-835.725</u>

### 17.7 Juros e Gastos Similares Suportados

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

<b>Juros e Gastos similares suportados</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Juros empréstimos bancários	0	-8.372
Juros de Suprimento	-5.536	-5.866
Juros de mora	-995	-28.102
Outros Juros	-68.155	-44.165
	<u>-74.685</u>	<u>-86.505</u>

Na rubrica outros juros, estão incluídos 40.326 euros, resultantes da atualização da dívida com a Água de Lisboa e Vale do Tejo, na sequência do acordo de pagamentos celebrado. A atualização tem implícita uma taxa de desconto de 0,96%.

### 17.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

<b>Juros e Gastos similares obtidos</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Juros de mora	11.500	12.160
	<u>11.500</u>	<u>12.160</u>

### **17.9 Gastos com o Pessoal**

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

<b>Gastos com o Pessoal</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Remunerações do Pessoal	-515.236	-478.701
Encargos sobre Remunerações	-105.130	-107.682
Seguros	-23.757	-22.787
Outros	-108.155	-25.338
	<u>-752.278</u>	<u>-634.508</u>

Na rubrica outros estão incluídos 86.889 referente a indemnizações a atribuir ao pessoal, no final da concessão.

### **17.10 Garantias Prestadas**

A empresa prestou as seguintes garantias bancárias:

- À Câmara Municipal de Alenquer, uma garantia de 1.675.000 euros;
- À EP – Estradas de Portugal, S.A., por obras realizadas em estradas nacionais durante a realização do Plano de Investimentos, no valor de 5.000 euros.

### **17.11 Risco Financeiro**

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem e virem a obter-se resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- (I) Risco de crédito
- (II) Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros - exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da empresa

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e *cash-flows* sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos anuais.

Por regra, a empresa não assume posições especulativas, pelo que, geralmente, as operações efetuadas no âmbito da gestão de riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas como o risco da taxa de juro, o risco de liquidez e o risco de crédito.

A gestão dos riscos financeiros, incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura, é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro, originando uma perda.

A empresa encontra-se sujeita a risco de crédito no que concerne às seguintes atividades:

- Atividade Operacional – Clientes e Outras Contas a Receber.
- Atividade de Financiamento – Depósitos em Bancos e Instituições Financeiras.

A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outras contas a receber é efetuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas, procedimentos e controlos estabelecidos pela empresa;
- Os valores em dívida são mensalmente monitorizados

A gestão do risco de crédito relativo a saldos em bancos e instituições financeiras é efetuada pela Direção Financeira e pela Administração da empresa.

SERGIO M. S. MALINHO  
T. O. C. 25360  
Contrib. N.º 124 191 052



Conf. 9



## II. Relatório e Parecer do Fiscal Único





**Ernst & Young**  
**Audit & Associados - SROC, S.A.**  
 Avenida da República, 90-6º  
 1600-206 Lisboa  
 Portugal

Tel: +351 217 912 000  
 Fax: +351 217 957 586  
 www.ey.com

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de AdA - Águas de Alenquer, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Desde a data em que fomos nomeados, acompanhamos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas com duas reservas e com uma ênfase.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:





Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A. Tel: +351 217 912 000  
Avenida da República, 90-6º Fax: +351 217 957 586  
1600-206 Lisboa www.ey.com  
Portugal

## Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de de AdA - Águas de Alenquer, S.A. nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2019 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2019 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais.; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2019, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis se salvaguardadas as reservas incluídas na Certificação Legal das Contas.

Lisboa, 31 de março de 2020

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

Paulo Jorge Luís da Silva - ROC nº 1334  
Registado na CMVM com o nº 20160944



Confirmação



## 12. Certificação Legal de Contas







Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de AdA - Águas de Alenquer, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 22.158.886 euros e um total de capital próprio de 9.794.111 euros, incluindo um resultado líquido de 977.208 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de AdA - Águas de Alenquer, S.A. em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reservas

1. Em 31 de dezembro de 2019 a Entidade tem registado no seu ativo intangível o montante de 2.295 milhares de Euros (2018: 2.240 milhares de Euros) e em provisões o montante de 2.486 milhares de Euros (2018: 2.611 milhares de Euros), relativo ao investimento de substituição futuro, de acordo com o plano de investimentos. Estes montantes não foram corretamente apurados no seu reconhecimento inicial, nomeadamente por não ter sido apurado o custo amortizado dos referidos montantes. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2019, o ativo intangível encontra-se sobreavaliado em 338 milhares de Euros (2018: sobreavaliado em 357 milhares de Euros) e o passivo relativo à provisão de investimento de substituição futuro encontra-se subavaliado em 0,3 milhares de Euros (2018: subavaliado em 61 milhares de Euros), e os resultados transitados encontram-se sobreavaliados em 324 milhares de Euros (2018: 324 milhares de Euros) e o resultado líquido subavaliado em 61 milhares de Euros (2018: subavaliado em 1 milhar de Euros), respetivamente, considerando o respetivo efeito fiscal.
2. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo tangível inclui o montante de 277 milhares de Euros referente ao investimento em contadores que se encontram afetos à atividade e cujos investimentos não foram sujeitos à correspondente atualização financeira. Adicionalmente, estes ativos têm vindo a ser amortizados linearmente considerando uma vida útil estimada de 8 anos (nota 8). Este método de amortização não é aquele que mais adequadamente reflete a expectativa de consumo dos benefícios económicos futuros, tal como definido na NCRF 6 – Ativos Intangíveis, sendo tal objetivo atingido caso os referidos ativos tivessem vindo a ser amortizados pelo método das "unidades de produção", utilizando para tal o volume anual dos caudais e o volume total dos caudais previstos na concessão, volumes esses que decorrem do modelo económico-financeiro de base à mesma. Esta situação no corrente exercício originaram um impacto significativo nas demonstrações financeiras. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2019, o ativo fixo tangível encontra-se sobreavaliado em 215 milhares de Euros, e o resultado líquido sobreavaliado em 166 milhares de Euros, considerando o efeito fiscal.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### Ênfase sobre a Covid-19

Os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus) têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das Organizações. Na nota 13 são divulgados os impactos e incertezas resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus), estimados pelo Conselho de Administração para a AdA - Águas de Alenquer, S.A., com base na informação disponível à data. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Sociedade Anónima - Capital Social 1.335.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários  
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número  
A member firm of Ernst & Young Global Limited







AdA - Águas de Alenquer, S.A.  
Certificação Legal das Contas  
31 de dezembro de 2019

## Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

2/3





AdA - Águas de Alenquer, S.A.  
Certificação Legal das Contas  
31 de dezembro de 2019

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 31 de março de 2020

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

Paulo Jorge Luis da Silva - ROC n.º 1334  
Registado na CMVM com o n.º 20160944







**AdA – Águas de Alenquer, S.A.**

**Rua Sacadura Cabral n°24 B R/C • 2580-371 Alenquer • Portugal**

**Tel.: + 351 263 731 210 • Fax: + 351 263 731 219**

**[geral@aguasdealenquer.pt](mailto:geral@aguasdealenquer.pt)**

**[www.aguasdealenquer.pt](http://www.aguasdealenquer.pt)**